

Universidades Lusíada

Monteiro, Cátia Isabel da Silva

**Contributo para a construção de novos modos de
habitar : proposta para um bairro integrado em
Barcelos**

<http://hdl.handle.net/11067/8206>

Metadados

Data de Publicação

2024

Resumo

Identificamos a precariedade habitacional para as classes economicamente desfavorecidas como uma das maiores adversidades sociais, sem interesse financeiro por parte da promoção privada. Na nossa perspetiva, o Estado tem um papel impulsionador nas políticas de promoção pública de acesso à habitação e de construção de habitações para o maior número. É certo que com a Constituição Política do Estado Novo, em 1933, é reconhecida a responsabilidade, precisamente por parte do Estado, em produzir meio...

We identify precarious housing for the disadvantaged lower income classes as one of the greatest social adversities, with no financial interest on the part of private promotion. In our view, the state has a role to play in promoting public policies for access to housing and building housing to the greatest number. It is true that the Political Constitution of the Estado Novo in 1933 recognised the responsibility of the state to produce the fundamental resources to implement feasible housing plan...

Palavras Chave

Habitação coletiva, Bairro, Políticas de habitação, Comunidade

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

no

Coleções

[ULF-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T01:05:08Z com
informação proveniente do Repositório



Orientadora: Professora Doutora Maria Tavares

Contributo para a construção de novos modos de habitar Proposta para um bairro *integrado* em Barcelos

Contributo para a construção de novos modos de habitar
Proposta para um bairro *integrado* em Barcelos

Cátia Isabel da Silva Monteiro



Dissertação para obtenção do grau de mestre em Arquitetura
pela Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão

FAA - Faculdade de Arquitetura e Artes

Novembro de 2024

Cátia Monteiro

2023
2024



UNIVERSIDADE LUSÍADA
VILA NOVA DE FAMALICÃO

FAA - FACULDADE DE ARQUITETURA E ARTES

Contributo para a construção de novos modos de habitar:
Proposta para um *bairro integrado* em Barcelos

Cátia Isabel da Silva Monteiro

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Orientadora: Professora Doutora Maria Tavares

Vila Nova de Famalicão, novembro 2024

AVISO LEGAL

O conteúdo desta tese reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta tese pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela. Ao entregar esta tese, o/a autor(a) declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção referências. O autor, declara, ainda, que não divulga na presente tese quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Declaração sob compromisso de honra

(Artigo 6.º, n.º 2 das Normas e orientações para a submissão de trabalhos académicos na plataforma Urkund para deteção de similaridade e plágio)

Eu, abaixo assinado, tenho consciência de que a prática de plágio consiste numa forma de violação da integridade académica, constituindo um crime punível por lei com relevância nos regimes disciplinar, civil e criminal.

Nesse sentido, declaro por minha honra que a dissertação apresentada é original e que todas as fontes, incluindo as da minha autoria, estão devidamente identificadas e referenciadas.

Vila Nova de Famalicão, 29 de Novembro de 2024

O (A) Estudante

Cátia Isabel da Silva Planteiro

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Maria Tavares, pela atenção, disponibilidade e orientação.

À Professora Laurinda Fernandes, pela amizade, carinho, disponibilidade e por escolher, sempre, as palavras mais indicadas.

Aos funcionários da biblioteca e da Universidade Lusíada de Famalicão, pela simpatia, compreensão e ajuda a todas as minhas questões e necessidades.

Aos meus pais, pela educação, apoio e formação que me conseguiram oferecer. Em especial à minha mãe, pelo seu esforço extraordinário, companhia diária, dedicação, paciência e força para nunca desistir dos meus sonhos, e alcançar sempre os meus objetivos.

À minha família, pelo apoio. Em especial aos meus avós e padrinhos, pelos testemunhos de uma vida, visões diferentes sobre o mundo e sobre o habitar, que me auxiliaram na execução deste trabalho.

À minha prima Clara, pelo apoio incondicional, mesmo à distância.

À Marta, às Anas, à Daniela, à Helena, à Luzia, à Diana, ao Daniel, ao João, ao Quaresma, ao André, ao Vítor, pela amizade, companhia e por me acolherem tão bem desde o início desta caminhada.

Em memória à Professora Joana Vale, pela amizade, carinho, por me mostrar o mundo da arte e despertar o gosto pela arquitetura.

Créditos de Imagem

Fig.1 Lameira, G. & Rocha, L (coord.). (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]*. (Ed.). Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. p.50. Consultado a 13 de setembro de 2024.

Fig.2 Disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20503. Consultado a 13 de setembro de 2024.

Fig.3 Disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=30626. Consultado a 22 de novembro de 2024.

Fig.4 Disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=30626. Consultado a 22 de novembro de 2024.

Fig.5 Disponível em:

<https://goporto.pt/noticias/associacao-de-moradores-do-bairro-da-pasteleira-satisfeita-com-as-obras-de-melhoria-no-espaco-publico>. Consultado a 21 de novembro de 2024.

Fig.6 Disponível em:

<https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2016/02/bairro-das-estacas-alvalade.html>. Consultado a 22 de novembro de 2024.

Fig.7 Disponível em:

<https://docomomoiberico.com/pt-pt/edificios/conjunto-de-la-avenida-de-los-ee-uu/>. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.8 Disponível em:

<https://docomomoiberico.com/pt-pt/edificios/conjunto-de-la-avenida-de-los-ee-uu/>. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.9 Disponível em:

<https://docomomoiberico.com/pt-pt/edificios/conjunto-de-la-avenida-de-los-ee-uu/>. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.10 Disponível em:

<https://www.domussocial.pt/bairros-lista/bom-sucesso>.

Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.11 Disponível em:

<https://www.domussocial.pt/noticias/obras-de-reabilitacao-profunda-no-bairro-do-bom-sucesso-com-arranque-a-vista>. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.12 Disponível em:

<https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/277830/?>. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.13 Disponível em:

<https://gulbenkian.pt/biblioteca-arte/colecoes/galerias-e-exposicoes/fotografias-com-historia/bairro-dos-olivais/>. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.14 Disponível em:

<https://gulbenkian.pt/biblioteca-arte/en/collections/galerias-e-exposicoes/photos-with-history/bairro-dos-olivais-lisbon/>. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.15 Lameira, G. & Rocha. L (coord.). (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]*. (Ed.). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. p.77. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.16 Disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=28224. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.17 Lameira, G. & Rocha. L (coord.). (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]*. (Ed.). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. p.67. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.18 Disponível em:

<https://aoescorrerdapena.blogspot.com/2016/05/foto-victor-nogueira-setubal-belavista.html>. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.19 Disponível em:

<https://www.mun-setubal.pt/reabilitacao-habitacional-na-bela-vista-com-empregada-adjudicada/>. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.20 Disponível em:

https://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.21 Disponível em:

<https://anarchaeologyofutopia.com/pt/alto-do-moinho>. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.22 Disponível em:

<https://espacodearquitetura.com/projetos/bairro-da-bouca/>. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.23 Disponível em:

<https://2015.openhouseporto.com/places/apartamento-no-bairro-da-bouca/>. Consultado a 23 de novembro de 2024.

Fig.24 Disponível em:

<https://www.jornaldapraceta.pt/jp7BairroAlvalade.html>. Consultado a 24 de novembro de 2024.

Fig.25 Disponível em:

<https://lisboadeantigamente.blogspot.com/search?q=Bairro+de+Alvalade%2C+avenida+de+roma>. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.26 Disponível em:

<https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2016/01/avenida-de-roma-bairro-de-alvalade.html>. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.27 Disponível em:

https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Avenida-da-Igreja-Figura-4-Mercado-de-Alvalade-Figuras-3-e-4-Avenida-da_fig1_271836872. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.28 Disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=30357. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.29 Disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=30626. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.30 Disponível em:

<https://www.jornaldapraceta.pt/jp36AvDRodrigodaCunha.html>. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.31 Disponível em:

<https://docomomoiberico.com/pt-pt/edificios/bairro-das-estacas/>. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.32 Disponível em:

<https://www.jf-alvalade.pt/mercadosabertosdias24e31dezembro/>. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.33 Disponível em:

<https://www.jf-alvalade.pt/alvalade/historia/>. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.34 Disponível em:

<https://lisboasecreta.co/alvalade/>. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.35 Chaves, C. (2021). *OLIVAIS NORTE E OLIVAIS SUL. Desafios para uma conservação urbana integrada*. Lisboa: Instituto Superior Técnico. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.36 Disponível em:

https://earth.google.com/web/search/Bairro+dos+Olivais/@38.77568961,-9.11005427,41.95948541a,1047.86529323d,35y,-37.64019914h,69.96444458t,0r/data=CiwiJgokCVpZyliRYENAESE3bOjXX0NAGV3tKb64QiLAIXdEpQhpSiLAQgIIAUICCABKDQj_____8BEAA. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.37 Disponível em:

<https://2016.openhouselisboa.com/places/olivais-sul-plano-urbano/>. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.38 Disponível em:

https://www.reddit.com/r/ArquitecturaLusa/comments/13tytko/bairro_social_da_encarna%C3%A7%C3%A3o_lisboa_arq_paulino/?rdt=54508. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.39 Disponível em:

<https://ruascomhistoria.wordpress.com/2017/11/03/o-autor-do-projecto-do-bairro-da-encarnacao-lebrado-no-dia-em-que-passam-120-anos-sobre-o-seu-nascimento/>.

Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.40 Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=629707375856100&set=a.629707352522769>.

Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.41 Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3862014393859576&id=154435544617498&set=a.155005644560488>. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.42 Disponível em:

https://www.researchgate.net/figure/Figura-6-Plano-Urbanistico-de-Olivais-Norte-Lisboa-Portugal-arquitetos-Pedro-Falcao-e_fig2_372686758. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.43 Disponível em:

https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Plano-dos-Olivais-Norte-Fonte-Gabinete-Tcnico-da-Habitao-GTH-da-Cmara_fig1_310321346. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.43.1 Disponível em:

<https://www.facebook.com/arkitetarte/posts/1962pedro-cid-fernando-torresedifícios-em-banda-em-olivais-nortelisboa-portugaln/724681414335546/>. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.43.2 Gala, D. (2015). *Aspetos da humanização e da re-humanização do habitar nos bairros de interesse social portugueses: um caso de referência – Olivais Norte*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, Faculdade de Engenharia. p.49. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.43.3 Disponível em:

<https://docomomoiberico.com/pt-pt/edificios/conjunto-habitacional-na-rua-general-silva-freire/>. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.43.4 Disponível em:

<https://docomomoiberico.com/pt-pt/edificios/conjunto-habitacional-na-rua-general-silva-freire/>. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.43.5 Disponível em:

https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Edificio-de-Abel-Manta-em-Olivais-Norte-fotografia-de-Armando-Maia-Serodio_fig2_338351774. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.43.6 Disponível em:

<https://revelar.lisboa.pt/explorar/locais-de-interesse/edificio-de-habitacao-na-rua-general-silva-freire-55-55a>. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.43.7 Disponível em:

https://www.researchgate.net/figure/Figura-32-Torre-em-Olivais-Norte-de-N-Teotonio-Pereira-A-Freitas-e-N-Portas_fig7_342338489. Consultado a 25 de novembro de 2024.

Fig.44 Disponível em:

<https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/plano-de-urbanizacao-dos-olivais-sul-14125>.

Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.45 Disponível em:

https://www.researchgate.net/figure/Figura-7-Planta-de-Olivais-Sul-1968-AML-PT-AMLSB-CMLSB-UROB-EV-0506-p-2_fig5_338351774. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.46 Disponível em:

<https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/plano-de-urbanizacao-dos-olivais-sul-14125>.

Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.47 Disponível em:

https://earth.google.com/web/@38.76446579,-9.11585756,80.05097398a,2133.00035165d,35y,10.63541866h,0.16435071t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.48 Oliveira, T. (2019). *A modernidade complexa dos bairros dos Olivais. Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 12. p.176. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.49 Chaves, C. (2021). *OLIVAIS NORTE E OLIVAIS SUL. Desafios para uma conservação urbana integrada*. Lisboa: Instituto Superior Técnico. Fonte: revista Arquitectura nº127-128. Editada pela autora. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.50 Disponível em:

[https://earth.google.com/web/@38.76446579,-](https://earth.google.com/web/@38.76446579,-9.11585756,80.05097398a,2133.00035165d,35y,10.63541866h,0.16435071t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA)

[9.11585756,80.05097398a,2133.00035165d,35y,10.63541866h,0.16435071t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA](https://earth.google.com/web/@38.76446579,-9.11585756,80.05097398a,2133.00035165d,35y,10.63541866h,0.16435071t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA). Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.51 Disponível em:

<https://visao.pt/visaose7e/sair/2016-07-01-Quer-saber-como-foi-construida-a-cobertura-do-Estadio-da-Luz--E-ir-ao-Open-House/#&gid=0&pid=6>. Consultado a 26 de novembro de

2024.

Fig.52 Chaves, C. (2021). *OLIVAIS NORTE E OLIVAIS SUL. Desafios para uma conservação urbana integrada*. Lisboa: Instituto Superior Técnico. Fonte: revista Arquitectura nº127-128. Editada pela autora. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.53 Disponível em:

[https://earth.google.com/web/@38.76446579,-](https://earth.google.com/web/@38.76446579,-9.11585756,80.05097398a,2133.00035165d,35y,10.63541866h,0.16435071t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA)

[9.11585756,80.05097398a,2133.00035165d,35y,10.63541866h,0.16435071t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA](https://earth.google.com/web/@38.76446579,-9.11585756,80.05097398a,2133.00035165d,35y,10.63541866h,0.16435071t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA). Editada pela autora. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.54 Disponível em:

[https://earth.google.com/web/@38.76446579,-](https://earth.google.com/web/@38.76446579,-9.11585756,80.05097398a,2133.00035165d,35y,10.63541866h,0.16435071t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA)

[9.11585756,80.05097398a,2133.00035165d,35y,10.63541866h,0.16435071t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA](https://earth.google.com/web/@38.76446579,-9.11585756,80.05097398a,2133.00035165d,35y,10.63541866h,0.16435071t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA). Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.55 Disponível em:

[https://earth.google.com/web/search/Barcelos/@41.54872672,-](https://earth.google.com/web/search/Barcelos/@41.54872672,-8.6107864,31.2587232a,10649.61442818d,35y,0.00027082h,0t,0r/data=CiwiJgokCUXlggrxyERAESLFhKX2wURAGRAAdSYD3DyHAibMUiowrXSHAQgIIAUICCABKDQj_____8BEAA)

[8.6107864,31.2587232a,10649.61442818d,35y,0.00027082h,0t,0r/data=CiwiJgokCUXlggrxyERAESLFhKX2wURAGRAAdSYD3DyHAibMUiowrXSHAQgIIAUICCABKDQj_____8BEAA](https://earth.google.com/web/search/Barcelos/@41.54872672,-8.6107864,31.2587232a,10649.61442818d,35y,0.00027082h,0t,0r/data=CiwiJgokCUXlggrxyERAESLFhKX2wURAGRAAdSYD3DyHAibMUiowrXSHAQgIIAUICCABKDQj_____8BEAA).

Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.56 BOAVENTURA, I. (1982). *A Cidade de Barcelos e os Planos de Urbanização* in *Barcellos-Revista*. Barcelos: Comp. Ed. do Minho. Nº1, p.215. in Correia, C. (2012). *Habitações económicas - Federação das Caixas de Previdência: Bairro de Santa Marta – Barcelos*. Famalicão: Universidade Lusíada-Norte de Vila Nova de Famalicão. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.57 Disponível em:

<https://earth.google.com/web/search/Barcelos/@41.54872672,->

[8.6107864,31.2587232a,10649.61442818d,35y,0.00027082h,0t,0r/data=CiwiJgokCUXlggrxyERAESLFhKX2wURAGRAAdSYD3DyHAibMUiowrXSHAQgIIAUICCABKDQj_____8BEAA](https://earth.google.com/web/@41.54872672,-8.6107864,31.2587232a,10649.61442818d,35y,0.00027082h,0t,0r/data=CiwiJgokCUXlggrxyERAESLFhKX2wURAGRAAdSYD3DyHAibMUiowrXSHAQgIIAUICCABKDQj_____8BEAA).

Editada pela autora. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.58 Disponível em:

<https://earth.google.com/web/@41.53710155,->

[8.60829479,32.91015774a,303.59236465d,57.24129636y,354.75044209h,0t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA](https://earth.google.com/web/@41.53710155,-8.60829479,32.91015774a,303.59236465d,57.24129636y,354.75044209h,0t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA).

Editada pela autora. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.59 *DEPARTAMENTO URBANISMO, MOBILIDADE E AMBIENTE (DPUMA) - Processo 32/42 - U da Firma Têxtil João Duarte L.O. - Estação. Barcelos.* in Correia, C. (2012). *Habitações económicas - Federação das Caixas de Previdência: Bairro de Santa Marta – Barcelos.* Famalicão: Universidade Lusíada-Norte de Vila Nova de Famalicão. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.60 Disponível em:

<https://earth.google.com/web/@41.54356853,->

[8.61444765,48.61983847a,698.89983428d,57.24129636y,354.74848547h,0t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA](https://earth.google.com/web/@41.54356853,-8.61444765,48.61983847a,698.89983428d,57.24129636y,354.74848547h,0t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA).

Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.61 *DEPARTAMENTO URBANISMO, MOBILIDADE E AMBIENTE (DPUMA) - Processo 11 – D, Bairro 1º de Maio - Arcozelo. Barcelos.* in Correia, C. (2012). *Habitações económicas - Federação das Caixas de Previdência: Bairro de Santa Marta – Barcelos.* Famalicão: Universidade Lusíada-Norte de Vila Nova de Famalicão. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.62 Disponível em:

<https://earth.google.com/web/@41.54313051,->

[8.61535657,45.19806936a,91.86169169d,77.18567278y,322.78132267h,0t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA](https://earth.google.com/web/@41.54313051,-8.61535657,45.19806936a,91.86169169d,77.18567278y,322.78132267h,0t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA).

Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.63 Disponível em:

https://earth.google.com/web/@41.53439862,-8.60864386,39.05917375a,420.753901d,57.24129636y,2.58924649h,0t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.64 Disponível em:

<https://docomomoiberico.com/en/buildings/bairro-da-caixa-de-previdencia-de-barcelos/>. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.65 Disponível em:

<https://docomomoiberico.com/en/buildings/bairro-da-caixa-de-previdencia-de-barcelos/>. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.66 Disponível em:

https://earth.google.com/web/@41.52993393,-8.62627588,27.97111219a,440.98752805d,77.18567278y,355.71854532h,0t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.67 *DEPARTAMENTO URBANISMO, MOBILIDADE E AMBIENTE (DPUMA) - Processo 9 – D, Bairro da Misericórdia – Vila Frescainha S. Martinho. Barcelos.* in Correia, C. (2012). *Habitacões económicas - Federação das Caixas de Previdência: Bairro de Santa Marta – Barcelos.* Famalicão: Universidade Lusíada-Norte de Vila Nova de Famalicão. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.68 Disponível em:

https://earth.google.com/web/@41.53766467,-8.61483498,36.94053134a,525.72594383d,77.18567278y,2.15016533h,0.50422849t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.69 Correia, C. (2012). *Habitacões económicas - Federação das Caixas de Previdência: Bairro de Santa Marta – Barcelos.* Famalicão: Universidade Lusíada-Norte de Vila Nova de Famalicão. p.68. *de acordo com a planta do autor presente no DEPARTAMENTO URBANISMO, MOBILIDADE E AMBIENTE (DPUMA) - Processo 8/61 – U da Firma Têxtil João Duarte L.O. - Arcozelo. Barcelos.* Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.70 Correia, C. (2012). *Habitacões económicas - Federação das Caixas de Previdência: Bairro de Santa Marta – Barcelos.* Famalicão: Universidade Lusíada-Norte de Vila Nova de Famalicão. p.71. *de acordo com a planta do autor presente no DEPARTAMENTO URBANISMO,*

MOBILIDADE E AMBIENTE (DPUMA) - Processo 9/66 – U da Firma Têxtil João Duarte L.O. – Av. João Duarte. Barcelos. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.71 Disponível em:

https://earth.google.com/web/@41.54346823,-8.62433249,35.7044903a,1477.12676386d,77.18567278y,2.15016786h,0.50430378t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.72 Disponível em:

https://earth.google.com/web/@41.54137201,-8.6265444,33.78505569a,975.50964897d,77.18567278y,47.32893837h,41.7486361t,0r/data=CgRCAggBQgIIAEoNCP_____wEQAA. Consultado a 26 de novembro de 2024.

Fig.73 Fotografia de autoria própria. Consultado a 30 de janeiro de 2024.

Fig.74 Esquema de autoria própria. Consultado a 07 de dezembro de 2023.

Fig.75 Esquema de autoria própria. Consultado a 07 de dezembro de 2023.

Fig.76 Esquema de autoria própria. Consultado a 07 de dezembro de 2023.

Fig.77 Esquema de autoria própria. Consultado a 07 de dezembro de 2023.

Fig.78 Esquema de autoria própria. Consultado a 07 de dezembro de 2023.

Fig.79 Proposta de autoria própria, de acordo com o PDM de Barcelos. Consultado a 27 de junho de 2024.

Fig.80 Esquema de autoria própria. Consultado a 22 de março de 2024.

Fig.81 Esquema de autoria própria. Consultado a 22 de março de 2024.

Fig.82 Esquema de autoria própria. Consultado a 22 de março de 2024.

Fig.83 Esquema de autoria própria. Consultado a 22 de março de 2024.

Fig.84 Proposta de autoria própria, de acordo com o PDM de Barcelos. Consultado a 27 de junho de 2024.

Fig.85 Esquema de autoria própria. Consultado a 22 de março de 2024.

Fig.86 Esquema de autoria própria. Consultado a 22 de março de 2024.

Fig.87 Esquema de autoria própria. Consultado a 22 de março de 2024.

Fig.88 Esquema de autoria própria. Consultado a 22 de março de 2024.

Fig.89 Proposta de autoria própria. Consultado a 27 de junho de 2024.

Fig.90 Proposta de autoria própria. Consultado a 27 de junho de 2024.

Fig.91 Proposta de autoria própria. Consultado a 27 de junho de 2024.

Fig.92 Proposta de autoria própria. Consultado a 27 de junho de 2024.

Fig.93 Proposta de autoria própria. Consultado a 27 de junho de 2024.

Resumo

Identificamos a precariedade habitacional para as classes economicamente desfavorecidas como uma das maiores adversidades sociais, sem interesse financeiro por parte da promoção privada. Na nossa perspetiva, o Estado tem um papel impulsionador nas políticas de promoção pública de acesso à habitação e de construção de *habitações para o maior número*.

É certo que com a Constituição Política do Estado Novo, em 1933, é reconhecida a responsabilidade, precisamente por parte do Estado, em produzir meios fundamentais para implementar planos de habitação exequíveis, lançando um conjunto de medidas legislativas de combate à escassez habitacional. Contudo, e passados quase 100 anos, e 50 em Democracia, continuamos a lidar com o problema de forma grave.

Centramo-nos no estudo de um bairro de características integradas, numa zona periurbana da cidade de Barcelos, com a intenção de contribuir para a coesão e integração social, oferecendo *habitações para o maior número*, nos mesmos propósitos que, em 1969, Nuno Teotónio Pereira reclamava no seu ensaio para o Colóquio de Urbanismo no Funchal: “(...) construir, não somatórios exaustivos de habitações, mas conjuntos urbanos equilibradamente organizados e equipados”. (Pereira, 1969: 181).

Refletimos, assim, como novos modos de habitar, em pleno século XXI, conseguem dar resposta à multiplicidade de famílias e de cidadãos que procuram uma habitação digna e que promovam um sentido de pertença a uma nova comunidade.

Palavras-chave: Habitação coletiva; Habitar; Bairro; Plano Integrado; Políticas da habitação; Comunidade; Multiculturalidade.

Abstract:

We identify precarious housing for the disadvantaged lower income classes as one of the greatest social adversities, with no financial interest on the part of private promotion. In our view, the state has a role to play in promoting public policies for access to housing and building *housing to the greatest number*.

It is true that the Political Constitution of the Estado Novo in 1933 recognised the responsibility of the state to produce the fundamental resources to implement feasible housing plans, launching a series of legislative actions to combat the housing crisis. However, almost 100 years later, and 50 years into democracy, we are still dealing with this problem in a serious way.

We focused our study on a neighbourhood with integrated characteristics, in a peri-urban area of the city of Barcelos, with the intention of contributing to social cohesion and integration by offering housing *to the greatest number*, with the same aims that, in 1969, Nuno Teotónio Pereira called for in his essay for the Urbanism Colloquium in Funchal: ‘(...) to build, not exhaustive sums of housing, but balanced urban complexes that are 3rganized and equipped’. (Pereira, 1969: 181).

We thus reflect on how new ways of living in the 21st century can respond to the multiplicity of families and citizens looking for dignified housing that promotes a sense of belonging to a new community.

Keywords: Collective housing; Housing; Neighbourhood; Integrated Plan; Housing policies; Community; Multiculturality.

Índice

01. Introdução

- 1.1 | Enquadramento do Tema
- 1.2 | Objeto(s) de Estudo
- 1.3 | Objetivos do Estudo
- 1.4 | Metodologia
- 1.5 | Estrutura

02. **Capítulo I:** O Regime e os programas públicos de habitação

03. **Capítulo II:** A urgência de habitar a cidade: 3 *planos integrados* e integradores

- Bairro de Alvalade
- Plano dos Olivais Norte
- Plano dos Olivais Sul

04. **Capítulo III:** Barcelos e novos modos de habitar: de um bairro *integrado* ao estudo do espaço doméstico para *todos*

Contexto

Projeto de Intervenção: a urgência de habitar a cidade

05. **Leitura Final**

06. **Fontes e Bibliografia**

Lista de Abreviaturas

AIL: Associação dos Inquilinos Lisbonenses

BCE: Bairro de Casas Económicas

BS: Bairro Social

CE: Casas Económicas

CFP: Casas para Famílias Pobres

CIAM: Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna

COOP: Promoção Cooperativa

CoopHE: Cooperativas de Habitação Económica

CP: Casas para Pescadores

CRE: Casas de Renda Económica

CRL: Casas de Renda Limitada

EPUL: Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

ELH: Estratégia Local de Habitação

ENA: Encontro Nacional dos Arquitetos

FFH: Fundo de Fomento da Habitação

GEU: Gabinete de Estudos de Urbanização

GRIMU: Grupo de Intervenção no Meio Urbano

GTH: Gabinete Técnico da Habitação

HCC: Habitação de Custos Controlados

HE-FCP: Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência

HIS: Habitação de Interesse Social

ICAT: Iniciativas Culturais, Arte e Técnica

IGAPHE: Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

INH: Instituto Nacional de Habitação

INTP: Instituto Nacional do Trabalho e Previdência

LNEC: Laboratório Nacional de Engenharia Civil

MFA: Movimento das Forças Armadas

MIBI: Movimento Internacional por uma Bauhaus Imaginada

NA: Núcleo de Arquitetura

ODAM: Organização dos Arquitetos Modernos

ONU: Organização das Nações Unidas

PCNH: Plano de Construção de Novas Habitações

PDM: Plano Diretor Municipal

PER: Programa Especial de Realojamento

PGU: Plano Geral de Urbanização

PGUEL: Plano Geral Urbanização e Expansão de Lisboa

PIH: Programa Intervenção em Habitações

PIF: Plano Intercalar do Fomento

PMP: Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto

PNH: Plano Nacional de Habitação

PU: Plano de Urbanização

RAN: Reserva Agrícola Nacional

RCE: Regime das Casas Económicas

REN: Reserva Ecológica Nacional

SAAL: Serviço de Apoio Ambulatório Local

SNBA: Sociedade Nacional de Belas Artes

01 | Introdução

01. Introdução

1.1 | ENQUADRAMENTO DO TEMA

Se nos concentrarmos no Portugal do século XX e no arco temporal que inicia com a Constituição Política do Estado Novo, ou seja, em 1933, verifica-se que a precariedade habitacional é, efetivamente, uma das grandes adversidades sociais, e sem interesse financeiro por parte da promoção privada. Cabe, assim, na nossa perspetiva, ao Estado o papel de grande impulsionador de políticas de promoção pública de acesso à habitação e de construção de habitação para *todos*.

Surgem construções clandestinas, principalmente nos centros urbanos, como as ilhas do Porto, ou os bairros de lata por todo o território nacional, com construções insalubres e sem segurança.

Este déficit é consequência do êxodo rural, na procura de melhores condições de trabalho e qualidade de vida junto dos meios urbanos e, consequentemente, da indústria. O déficit habitacional que afetou todo o território nacional, não foi indiferente na cidade de Barcelos durante esta época, e várias foram as iniciativas estatais e filantrópicas que ajudaram a colmatar a precariedade habitacional.

Acreditamos que uma habitação, bairro ou plano integrado e integrador possa fazer a diferença nos dias de hoje, quando verificamos que o déficit se mantém e que, cumulativamente, outras questões são pertinentes, como a imigração que se faz sentir. Assim, importa entender os conceitos atrás referidos.

Plano, Bairro e Habitação integrada são conceitos distintos e, como veremos, serão abordados nos casos de estudo apresentados nesta investigação.

Um Plano *Integrado* resulta numa abordagem inclusiva face aos obstáculos e problemas sociais, económicos e ambientais, que se inserem no crescimento das cidades e que, devem se relacionar, de forma intuitiva e integradora entre a sociedade e o desenvolvimento urbano. Uma abordagem desenvolvida Fundo de Fomento da

Habitação (FFH), com o objetivo de promover um planeamento controlado do crescimento urbano¹. (Agarez, 2018: 251)

Um Bairro *Integrado* corresponde a uma integração socio espacial, através do mesmo procedimento realizado para o Plano *Integrado*, porém restrito, ao nível do dimensionamento, dentro dos locais segregados, e que se pretende transformar num espaço inclusivo, que vai criando uma identidade própria, através da criação de uma sociedade multicultural, com diferentes classes que partilham do mesmo direito à cidade. (Carreiras, 2018)

Uma Habitação *Integrada* rege-se pela eficiência e eficácia, dos novos métodos construtivos, em produzir casas mais flexíveis, standardizadas, de rápida e fácil montagem, sustentáveis e económicas. Um tipo de construção modular que se adapte às exigências dos seus ocupantes, privilegiando o seu conforto, e às novas tecnologias. (Prefab-housing, 2024)²

Partindo destes pressupostos e do desafio que temos em mãos, pretendemos que o resultado desta investigação, em concordância com o trabalho da Unidade Curricular de Projeto III, que teve por base o programa Mais do que Casas: Como vamos habitar em abril de 2074, culmine numa reflexão sobre como projetar habitação para todos, construindo uma nova cidade de proximidade e com equidade social.

¹ Surge durante o Colóquio de 1969, como ferramenta importante que viria a beneficiar o III Plano de Fomento.

² <https://pt.prefab-housing.com/news/integrated-housing-74349533.html>

1.2 | OBJETO(S) DE ESTUDO

A presente dissertação centra-se num bairro de características integradas por nós proposto, para uma zona periurbana da cidade de Barcelos, no âmbito da Unidade Curricular de Projeto III, e em resposta ao desafio do programa *Mais do que Casas: Como vamos habitar em abril de 2974?* O programa pretende celebrar os 50 anos da Democracia, através de uma *“reflexão crítica e propositiva sobre os desafios contemporâneos da habitação e do espaço público na construção de uma sociedade intercultural e de promoção de cidadania global”*³

O nosso objeto estudo parte desta necessidade de Direito à Cidade tão reclamada por *abril*, com a intenção de contribuir para a coesão e integração social, oferecendo habitações para o maior número, nos mesmos propósitos que, em 1969, Nuno Teotónio Pereira reclamava no seu ensaio para o Colóquio de Urbanismo no Funchal: *“(...) construir, não somatórios exaustivos de habitações, mas conjuntos urbanos equilibradamente organizados e equipados”*. (Pereira, 1969: 181)

Propomos o bairro, mas concentramo-nos ainda mais em diferentes desenhos de espaços domésticos com características funcionais integradoras de diferentes vivências.

Para podermos introduzir o nosso estudo, convocamos três casos da cidade de Lisboa, de iniciativa pública, construídos ao longo do século XX com a premissa de serem bairros integrados, e como resposta a uma necessidade de intervenção em torno de uma emergência social, e que se constituem, igualmente, como objetos de estudo, a saber:

- Bairro de Alvalade
- Plano de Olivais Norte
- Plano de Olivais Sul

³ Texto de apresentação do programa *Mais do que Casas: Como vamos habitar em abril de 1974?*

1.3 | OBJETIVOS DO ESTUDO

Pretende-se contribuir para a reflexão em torno da construção de novos modos de habitar, dirigidos a um conjunto de cidadãos e famílias de características e proveniências distintas, facto inegável dos contextos urbanos dos nossos dias, através de uma habitação acessível a todos, principalmente do ponto de vista do desenho.

O grande fluxo de migração que temos observado nos últimos tempos, com famílias das mais diversas proveniências, veio introduzir ao problema do acesso à casa de forma economicamente viável, uma nova dimensão. Como tal, de que forma é que o desenho de um bairro, que se pretende integrado e integrador, e de casas com um desenho do espaço doméstico flexível e adaptável a diferentes culturas, ajudam a *alertar para uma possível resposta no controlo* à crise da habitação e a introduzir habitação digna e económica para todos?

No contexto específico do concelho de Barcelos, mais especificamente na zona periurbana, território onde iremos focar o nosso estudo, pretendemos:

1. Compreender o comportamento do Estado e suas políticas, no que diz respeito à promoção e construção de habitações para a população mal alojada e financeiramente desfavorecida;
2. Entender como os benefícios dos programas da promoção pública conseguiram influenciar a diminuição da precariedade habitacional para, simultaneamente, cooperarem com a construção da cidade conhecida por nós atualmente;
3. Estudar a importância das contribuições destes bairros no contexto das cidades, assim como o projeto das habitações que os complementam.

Como contributo para relevar o significado da habitação pública para as classes desfavorecidas, interessa-nos reinterpretar o conceito de unidade de vizinhança e de comunidade, no território em estudo, assim como refletir sobre o papel destas construções no espaço periurbano da cidade, funcionando como uma linha condutora de crescimento da mesma, ajudando-a a cerzir território, não só do

ponto de vista urbano, mas essencialmente da urbanidade que proporciona.

1.4 | METODOLOGIA

A metodologia é sustentada por uma essencial revisão crítica da bibliografia sobre a temática da habitação no século XX, principalmente sobre os três casos de estudos selecionados e o que lhes deu origem. Inclui-se todo o tipo de documentação apropriada sobre o tempo considerado.

Simultaneamente foi feito o levantamento das políticas de habitação do Estado Novo, recorrendo aos diplomas legislativos que deram origem à habitação como a hoje conhecemos e que iremos convocar.

A reflexão sobre a proposta para o bairro em Barcelos surgirá com a análise e interpretação do material recolhido, sustentada no contexto económico-social, político e cultural.

1.5 | ESTRUTURA

O trabalho está organizado em três momentos que procuram relacionar a componente teórica com a componente prática, fundamental para o entendimento das reflexões que se pretendem alcançar.

Após uma introdução, que se centrará na questão da habitação e na identificação do *maior número*, pela pertinência que possuem enquanto conceitos ao longo de todo o trabalho, o primeiro momento fará um enquadramento político-cultural dos programas de habitação do Estado Novo, por forma a enquadrar os casos de estudo convocados. Propõe-se, igualmente e através de uma linha cronologia, fazer uma breve incursão pelos programas públicos de habitação até aos dias de hoje.

O segundo momento apresenta de forma direta os três casos de estudo, com a análise dos planos e algumas das obras, por forma a identificar a questão que se pretende levantar: o carácter *integrado* e *integrador* das diferentes estruturas construídas durante o século XX e sobre uma imensa pressão de déficit habitacional.

O terceiro momento, depois de uma breve contextualização da cidade de Barcelos, apresenta o bairro integrado testado para uma zona periurbana da cidade. Reflete-se de que modo, nos dias de hoje, conseguimos que lugares desta natureza consigam não só cerzir cidade e malhas urbanas, mas igualmente oferecer aos cidadãos e às famílias novos modos de habitar, através do desenho da casa e do bairro.

Por último, uma síntese conclusiva apresenta os resultados alcançados que, através da análise prévia dos programas habitacionais implementados pelo Regime, e dos casos estudados, conseguimos introduzir uma hipótese de trabalho com soluções de habitação digna e para todos.

O Regime e os programas públicos de habitação

Cronologia

[Datas e Factos Nacionais e Internacionais sobre os Programas Públicos de Habitação]

Nota: as referências internacionais serão destacadas em itálico
os destaques a **negrito** correspondem aos programas públicos e casos de estudo analisados no capítulo II

1928	- <i>Fundação dos CIAM, 1º Congresso em La Sarraz na Suíça.</i>
1929	- <i>2º Congresso dos CIAM, com o tema do Estudo sobre a casa mínima, em Frankfurt.</i>
1933	- Apresentação da Constituição portuguesa, que estrutura o Estado Novo. - Casas Económicas , Decreto-Lei 23052, 23 de setembro; - <i>Durante o 4º Congresso dos CIAM é redigida a Carta de Atenas, em Atenas.</i>
1937	- Casas dos Pescadores , Decreto-Lei 1953, de 11 de março posteriormente atualizado para o Decreto-lei 35732 de 4 de julho de 1946;
1945	- Bairro de Alvalade , pelo arquiteto João Faria da Costa. - Casas de Renda Económica , Lei 2007 de 7 de maio. - Casas para Famílias Pobres , Decreto-Lei 36212 de 7 de abril.
1946	- HE-FCP , Decreto-Lei 35611, de 25 de abril. - Constituição do ICAT, em Lisboa, através do arquiteto Francisco Keil do Amaral. - Constituição do LNEC, a 19 de novembro, por meio do Ministério das Obras Públicas.
1947	- Casas de Renda Limitada , Decreto-Lei 35 602, de 17 de abril. - Constituição do ODAM, no Porto.
1948	- Realização do 1º Congresso Nacional de Arquitetura, em Lisboa. - Concretização dos dois primeiros núcleos habitacionais de casas de renda económica, da autoria de Miguel Jacobetty Rosa.
1949/ 1954	- Edificação do Bairro das Estacas, integrado no projeto do Bairro de Alvalade , por Ruy Athouguia e Sebastião Formosinho Sanchez.
1953	- <i>Realização do 9º Congresso dos CIAM, na cidade francesa Aix-en-Provence.</i>
1955/ 1960	- Plano de Olivais-Norte dos arquitetos Guimarães Lobato, Sommer Ribeiro e Pedro Falcão e Cunha.
1956	- Plano de Melhoramento para o Porto , Decreto-Lei 40616 de 29 de maio.
1959	- GTH e PCNH, Decreto-Lei 42454 de 18 de agosto.
1959/ 1964	- Plano dos Olivais Norte , por Palma de Melo e Artur Pires Martins.
1960	- Colóquio sobre os problemas na habitação.

- 1960/1961 - **Plano de Olivais-Sul**, pelo GTH.
- 1964 - Plano Intercalar de Fomento, a decorrer entre 1965 e 1967.
- 1968 - Atribuição do primeiro e único Prémio Valmor de uma obra habitacional de carácter social, para o edifício de Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira e Pinto de Freitas, na Encarnação – **Olivais Norte**.
- 1969 - 2ª participação de Nuno Teotónio Pereira no Colóquio de Urbanismo, em janeiro no Funchal, com o manuscrito “Habitação para o maior número”.
- **FFH**, Decreto-Lei 49033 de 28 de maio.
- Fim do Fundo das Casas Económicas, Decreto-Lei 583/72 de 30 de dezembro.
- Primeiro Colóquio sobre a Política da Habitação, pelo Ministério das Obras Públicas.
- 1974 - Golpe de Estado a 25 de abril, pelo MFA.
- Eleição de Nuno Portas, a 16 de maio, como Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do 1º Governo provisório.
- **SAAL**, primeiro programa social após revolução, por parte do Ministro da Administração Interna e por Nuno Portas (Bandeirinha, 2007).
- Extinção e substituição do FFH, pelo atual INH.
- 1976 - Encerramento do SAAL, depois do início da construção dos últimos projetos que iriam terminar em 1977.
- 



Fig. 1 Habitações Unifamiliares do Bairro de Casas Económicas da Encarnação, Lisboa



Fig. 2 Habitações Unifamiliares do Bairro de Casas Económicas Marechal Gomes da Costa, Porto

No arco temporal definido para este trabalho de investigação, foram promovidos diversos programas de habitação pública que serão abordados de seguida, e que visavam melhorar as condições de vida das pessoas e que importam considerar.

Casas Económicas

Com a Constituição Política do Estado Novo, em 1933, o regime inicia a sua política de combate à crise de habitação com o programa das Casas Económicas (CE). O mesmo, não previsto para todas as camadas da população, não resolveu, eficazmente, a questão da habitação (fig.1 e 2).

Promulgado pelo decreto-lei 23052, de 23 de setembro, dirige-se, efetivamente, a famílias de baixos rendimentos através de um modelo de habitação unifamiliar com quintal, em regime de propriedade resolúvel após pagamentos mensais ao longo de 25 anos.

Casas dos Pescadores

Tornando-se num instrumento fundamental do ponto de vista da intervenção habitacional e social, em 1937, as CE convertem-se numa referência para a criação das Casas para Pescadores (CP) através da Lei decreto-lei 1953, de 11 de março, posteriormente atualizada para o Decreto-lei 35732 de 4 de julho de 1946, estabelecendo diretrizes para a construção de moradias subsidiadas por meio de empréstimos obtidos junto a entidades de assistência social, como seja o Conselho Central das Casas dos Pescadores. Diferenciando-se dos restantes programas, por se desenvolver ao longo da costa portuguesa para albergar pescadores e suas respetivas famílias. (Lameira e Rocha, 2019: 53,54).

Casas Desmontáveis

Um ano depois, através do Decreto-lei 28912, de 12 de Agosto de 1938, o Governo lança em simultâneo um conjunto de 2000 Casas Económicas em Lisboa, e um programa de 1000 Casas Desmontáveis (CD), destinadas a realojar



Fig. 3 Habitação Coletiva em 4 pisos do Bairro de Alvalade célula I, Lisboa



Fig. 4 Habitação Coletiva em 4 pisos do Bairro de Alvalade célula II, Lisboa



Fig. 5 Torres vermelhas do Bairro da Pasteleira – poente, Porto

provisoriamente famílias que habitavam em bairros de lata, após a demolições efetuadas no centro urbano de Lisboa. As Casas Desmontáveis tinham um objetivo transitório, pelas suas características pré-fabricadas, até as famílias terem capacidade de adquirir uma habitação nos bairros de Casas Económicas.

Casas para Famílias Pobres

Em 1945, o programa das Casas Desmontáveis é alargado ao resto do país, adotando-se outra estratégia de apoio a famílias com muitos baixos rendimentos. Surge, assim, o programa das Casas para Famílias Pobres (CFP), através do Decreto-Lei 34486, de 6 de abril, como substituto das CD mas mantendo os seus objetivos, com o Estado a autorizar a construção de, sensivelmente, 5000 habitações para arrendamento, por parte de associações públicas, que se destinassem a acolher as famílias pobres e de precárias condições, que não conseguiam aceder às casas de promoção pública. (Agarez, 2018: 22,23)

Casas de Renda Económica

Em simultâneo com o programa das Casas para Famílias Pobres, surgem as Casas de Renda Económica⁴ (CRE) em 1945, (Fig. 3, 4 e 5), através da possibilidade de intervenção por parte de um maior grupo de envolvidos, fosse no setor público ou privado, e de famílias, já que se dirigia, maioritariamente, à classe média. Testou-se, pela primeira vez, o regime de arrendamento, através de várias experiências tipológicas em altura, ainda que com um máximo de 4 pisos. (Lameira e Rocha, 2019: 55,69) (Agarez, 2018: 25,26)

[Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência]

Em 1946 foram criadas, por parte do Subsecretariado de Estado e da Previdência Social, as Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência

⁴ Foram totalizados 14 420 edifícios habitacionais, onde, aproximadamente, 100 eram de cariz coletivo, que complementam a organização de 115 bairros construídos no âmbito deste programa, permitindo a execução de várias experiências tipológicas baseadas nos princípios racionais subjacentes ao conceito do habitar minimalista, num ambiente onde predomina os modelos urbanos defendidos pela Carta de Atenas em conjunto com os ideais modernos.



Fig. 6 Vista aérea sobre o Bairro das Estacas, Lisboa (1949-1955)



Fig. 7 Conjunto Habitacional na Avenida dos EUA, Lisboa



Fig. 8 Conjunto Habitacional na Avenida dos EUA, vista da fachada posterior

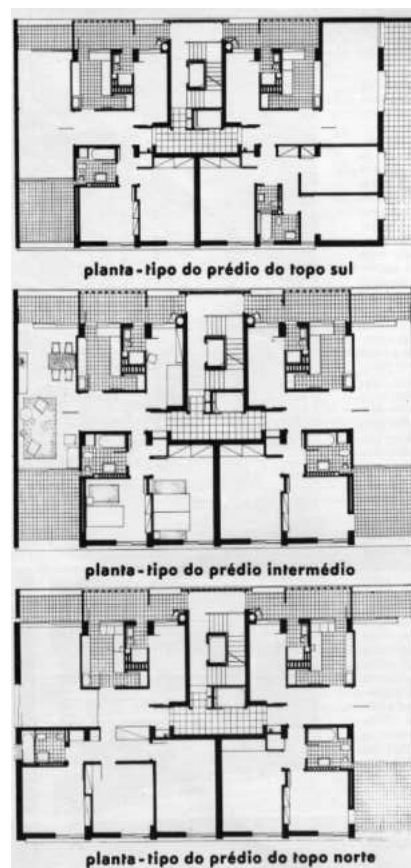


Fig. 9 Conjunto Habitacional na Avenida dos EUA, 3 propostas de plantas

(HE-FCP), uma *federação de serviços* que esteve ao serviço da habitação durante 26 anos (até 1972). Enquanto organismo público, dedicou-se, maioritariamente, ao projeto, construção e promoção de Casas de Renda Económica por todo o território nacional e ilhas. Foi, como veremos, um organismo muito importante no arranque do Bairro de Alvalade, através da construção das células 1 e 2 com CRE, projetos que o arquiteto Miguel Jacobetty Rosa elaborou enquanto técnico da Câmara Municipal de Lisboa.

Casas de Renda Limitada

Na sequência dos programas anteriores, surgem as Casas de Renda Limitada (CRL)⁵, através do Decreto-lei 35 602, de 17 de abril de 1947, com o projeto de dois bairros em Lisboa que, atualmente, ainda se mantêm conservados. Estes bairros eram destinados a famílias com algumas condições financeiras, diferenciando-se do que foi construído nos outros programas públicos sociais, pela estruturação interior dos fogos. (Lameira e Rocha, 2019: 61) (Agarez, 2018: 100) Este programa introduz a importante participação da iniciativa privada, apoiada pelo Estado e pelos Municípios.

Como exemplos pertinentes temos o Bairro das Estacas, construído entre 1949 e 1955, dos arquitetos Ruy d´Athouguia e Formosinho Sanchez, contempla 264 habitações (fig.6) na Célula 8 do Bairro de Alvalade. E o Conjunto Habitacional na Avenida dos Estados Unidos da América, entre 1954 e 1962, dos arquitetos Pedro Cid, Manuel Laginha e João Barros Vasconcelos Esteves, com, aproximadamente, 540 habitações (fig.7,8 e 9).

Plano de Melhoramentos [Porto]

Dando sequência aos programas de habitação para as classes desfavorecidas, destacamos o Plano de Melhoramentos para o Porto (PMP)⁶, de 1956, que tinha o objetivo de solucionar o problema da habitação no centro da cidade, contando com o

⁵ Que mesmo só tenha contribuído com a construção de a projeção de três bairros, estes demonstram-se referências importantes do modernismo no país.

⁶ Ficou incompleto, o que atualmente permite uma perspetiva da evolução da cidade, com a presença de algumas ilhas e outros tipos de edificações.



Fig. 10 Vista posterior do Bairro do Bom Sucesso, Porto



Fig. 11 Vista aérea do Bairro do Bom Sucesso, Porto



Fig. 12 Vista do conjunto habitacional do Bairro da Pasteleira, Porto

apoio financeiro do Estado e da Câmara Municipal para erradicar as ilhas do Porto e construir bairros mais higiénicos⁷. (Bandeirinha, 2007: 98) (Lameira e Rocha, 2019: 79)

Exemplificamos com o Bairro do Bom Sucesso; um conjunto de 126 fogos, com acessos em galeria e verticais, pelo arquiteto Luís de Almeida d'Eça (fig.10 e 11). Acrescentamos o Bairro da Pasteleira, uma construção que contempla 608 fogos, com um núcleo de acessos verticais e em galeria, pelo grupo de arquitetos Miguel Reimão Pinto, Rui Paixão, Alberto Rosmaninho, Octávio Lixa Filgueiras e Vasco Mendes (fig.12). Ambos foram projetados entre meados de 1956 e 1960.

Todavia, grande parte das obras que foram realizadas por este programa, apresentam dificuldades de integração no contexto e envolvente próxima, mesmo aplicando, também, alguns dos princípios defendidos pela Carta de Atenas, o que originou o isolamento e segregação de alguns espaços construídos. Esta questão tornou-se evidente pela falta de equipamentos importantes para a cidade, como os edifícios educacionais ou zonas comerciais, para proporcionar movimento e dinamismo, e também, pela falta de hierarquia viária⁸.

[Gabinete Técnico da Habitação]

Em 1959, e de forma pragmática, surge o Decreto-lei 42454, que “estabelece o plano para a construção na cidade de Lisboa de novas habitações com rendas acessíveis aos agregados familiares de mais fracos recursos”. Assegura as condições para que a Câmara Municipal de Lisboa tenha em sua posse um conjunto considerável de terrenos para iniciar planos de larga escala, com destino a habitação e respetivos equipamentos de apoio.

⁷ O que resultou na edificação de, aproximadamente, 6 000 habitações, no local que inicialmente foi considerado a primeira zona periférica do Porto, concentradas em 30 bairros sociais que abordavam de forma dinâmica, as altimetrias das mesmas que rondavam os 4 pisos, além da multiplicidade de acessos diretos ou indiretos. Estas obras estiveram a decorrer durante, sensivelmente, 20 anos. Todavia grande parte das obras que foram realizadas por este programa, apresentam dificuldades em associar o módulo urbano concebido com o que existia na envolvente próxima, mesmo aplicando, também, alguns dos princípios defendidos pela Carta de Atenas, o que originou o isolamento de alguns espaços construídos.

⁸ Tendo como exemplos a Unidade de Moradias Populares do Engenheiro Machado Vaz, de 1963 a 1965 da autoria do arquiteto Vasco Mendes, e a primeira fase do Conjunto de Moradias Populares do Falcão, do arquiteto Rui Paixão, de 1967 a 1972.



Fig. 13 Construção do Bairro dos Olivais Norte, Lisboa



Fig. 14 Construção do Bairro dos Olivais Sul, Lisboa



Fig. 15 Vista sobre o Conjunto Habitacional Cinco Dedos do Bairro de Chelas, Lisboa

Para a execução destes planos, são escolhidas 3 zonas: Olivais-Norte, Sul e Chelas. Para tal, o Gabinete Técnico da Habitação (GTH) e o Plano de Construção de Novas Habitações (PCNH), são importantes para pôr em prática os inúmeros projetos que iriam ser implantados neste pioneiro procedimento urbanístico. O primeiro organismo serviu para testar os métodos de integração e gestão do setor económico, relacionando-se com o segundo, pelo desenvolvimento urbano e evolução tipológica, para os moradores dos planos urbanos dos Olivais Norte e Sul (fig.13 e 14), e de Chelas (fig.15), com o intuito de amenizar a crise habitacional⁹.

No início da década seguinte estuda-se e reflete-se, detalhadamente, sobre as necessidades de quem irá usufruir desta Arquitetura, reconsiderando a *ilusão* transmitida pelo Movimento Moderno e do funcionalismo associado, dando ênfase à responsabilidade social do arquiteto e a uma nova visão sobre o tema também do ponto de vista do desenho da casa. Isto irá promover uma visão comportamental cada vez mais integrada e coerente, entre os moradores e arquitetos, reforçando a profundidade da questão da habitação para resolver os problemas que daí advirão.

[Colóquios]

Mediante este contexto, realizou-se, entre 11 e 14 de fevereiro de 1960, no Palácio Galveias na cidade de Lisboa, o primeiro Colóquio dedicado ao problema da habitação, debatendo-se os “Aspetos sociais na construção do habitat”, organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos¹⁰. Esses problemas agravaram-se com o início da Guerra Colonial, ao mesmo tempo que entra em vigor, entre 1965 e 1967, o Plano Intercalar de Fomento (PIF), devido ao aumento de emigrantes no país e, consequentemente, de uma maior procura no mercado de trabalho e imobiliário. (Bandeirinha, 2017: 65,69)

⁹ Paralelamente, Nuno Portas redige a tese “A Habitação social – Proposta para a metodologia da sua arquitetura”, onde aborda a vertente privada e pessoal da habitação que corresponde à estruturação do espaço doméstico e ligação das funções diferentes de cada espaço.

¹⁰ Que veio substituir a Sociedade dos Arquitetos Portugueses, em 1933.



Fig. 16 Vista panorama do Bloco Habitacional do Alto do Zambujal, Lisboa



Fig. 17 Conjunto Habitacional do Alto do Zambujal, Lisboa



Fig. 18 Vista posterior do Bloco Habitacional do Bairro da Belavista, Setúbal



Fig. 19 Vista panorama do Bairro da Belavista, Setúbal

O Colóquio do Urbanismo do Funchal, em janeiro de 1969¹¹, conta com a participação de Nuno Teotónio Pereira e com o seu texto “*Habitações para o maior número*”, onde evidencia as abordagens realizadas com êxito em Portugal, como o Bairro de Alvalade e os Planos para Olivais, referindo que os planos só poderão ser integrados e eficientes desde que sejam orientados através de uma entidade ou organismo estatal. (Bandeirinha, 2017: 67)

Fundo de Fomento à Habitação

O Fundo de Fomento da Habitação¹²(FFH) foi criado para complementar o PIF, com funções económicas, jurídicas e administrativas (fig. 16,17,18 e 19). O seu principal objetivo era fundir a política nacional de habitação com o planeamento urbano, ou seja, uma política de gestão de solos e construção de casas. Isso resultou em um novo enfoque na Arquitetura e no meio urbano, buscando aumentar a participação social e a colaboração entre habitantes e técnicos especialistas. (Bandeirinha, 2017: 79) (Bandeirinha, 2007: 56)

O Golpe Militar de 25 de abril de 1974, liderado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), agravou a crise no país e comprometeu a promoção habitacional. Cerca de 25% da população vivia em condições precárias, como barracas ou construções desorganizadas, totalizando 600 mil moradias¹³. Após a revolução, surge o Ministério da Habitação, que implementou programas e iniciativas públicas, visando garantir direitos iguais a todos os cidadãos, por meio do FFH e dos Planos Integrado.

¹¹ No contexto da AIL, em junho de 1967 Nuno Teotónio Pereira auxiliou na organização do Colóquio sobre o Problema da Habitação, em conjunto com muitos artistas, nomeadamente Nuno Portas e Carlos Duarte. (Bandeirinha, 2017: 66)

¹² Onde foram construídos as seguintes obras: o Bloco Habitacional do Alto do Zambujal (1974 -1977), composto por 601 fogos em edifícios plurifamiliares e moradias em banda, dos arquitetos Duarte Cabral Mello e Vitor Figueiredo, onde pretendiam exceder a imagem que, a Carta de Atenas, impôs para a relação do espaço urbano com as edificações; e o Conjunto Habitacional da Bela Vista, em 1974 na cidade de Setúbal, destinados para os operários das indústrias próximas e famílias carenciadas da autoria dos arquitetos José Sousa Martins e José Charters Monteiro.

¹³ Só contabilizando o continente português, totalizavam cerca de 31 110 casas instáveis sobre 2 164 965 edifícios habitacionais, 64,3% tinham acesso à eletricidade; 41,1% com direito a abastecimento de águas públicas; e, 30% serviam-se do saneamento. Aproximadamente 2 224 020 famílias foram avaliadas onde, 29,2% apropriaram-se de uma casa com instalação sanitária própria, 45,8% tinha abastecimento de água pública, e 62,6% usufruíam de uma habitação com eletricidade.



Fig. 20 Vista panorama do Bairro Alto do Moinho, Lisboa



Fig. 21 Imagem satélite do Bairro Alto do Moinho, Lisboa



Fig. 22 Imagem aérea do Bairro da Bouça, Porto



Fig. 23 Fachada posterior para o interior dos pátios comunitários do Bairro da Bouça, Porto

(fonte: INE, Estatísticas da Habitação, X Recenseamento Geral da População, 1970, in Bandeirinha, 2007: 68) (Bandeirinha, 2007: 184,196)

O SAAL teve grande impacto nos distritos do Porto e Lisboa, com projetos como o Bairro do Alto do Moinho em Algés (fig.20 e 21), de Francisco Silva Dias, concluído após o 25 de abril, e o Bairro da Bouça no Porto (fig.22 e 23), de Álvaro Siza Vieira, entre 1973 e 1978¹⁴. Contudo, devido à reestruturação da classe média e às fragilidades do programa, a sua credibilidade diminuiu, sendo ofuscado por soluções anteriores. Em 1975, o SAAL tornou-se uma ferramenta política e democrática. Em 1976, foi reformulado pelo Documento-Guia da Aliança Povo do MFA¹⁵, através dos modelos orgânicos democráticos criados pelo Documento-Guia da Aliança Povo do MFA, deixando de ser uma simples medida de urgência e passando a ser questionado pelo Estado. (Bandeirinha, 2007: 104, 228,257, 258)

¹⁴ Além de terem sido concluídos após a revolução, estes dois bairros adotaram soluções que favoreciam e estabeleciam uma ligação entre o espaço urbano público livre e o espaço construído garantindo uma escala, proporção e hierarquia no todo que foi projetado para com a envolvente existente.

¹⁵ Houve um despacho ministerial que transferia a tutela do SAAL para as autarquias, no momento que se encontravam em ação 169 operações, o que envolvia 41 665 famílias carenciadas, estando em construção aproximadamente 2 259 fogos e mais 5 741 prontos a serem iniciados; contudo, só cerca de 13% total, dos terrenos necessários para realizar estas ações, estão disponíveis, cedidos ou expropriados. Este desfecho não significa o retorno dos projetos realizados pelos arquitetos ativistas, mas a eliminação dos gabinetes que realizavam encomendas que não se adaptavam ao novo funcionamento do mercado e aos métodos de propaganda desenvolvidos com os novos tempos.

A urgência de habitar a cidade:
3 *planos integrados* e integradores

Segundo António Baptista Coelho, quando a dimensão social é incorporada nos projetos, além de contemplar questões como as necessidades básicas das pessoas, também se preocupam com a funcionalidade, conforto, segurança, acessibilidade e sustentabilidade. Os objetivos passam por desenvolver projetos mais humanos, integrados, que consideram cada classe social e o contexto local existente, planeando as áreas urbanas sem comprometer as futuras gerações que lá irão habitar. (Coelho, 2007)

“De acordo com o que penso que seja a arquitectura, a formação profissional nada é se não for estruturada por uma perspetiva humanista que clarifique os aspetos técnicos dessa formação e lhes dê sentido ... Aliás a arquitectura, como qualquer outra actividade profissional, constitui apenas uma parte da vida e é intragável quando dissociada dos contextos humanos ou de motivações fortes que a justifiquem.”¹⁶

Esta é uma abordagem que visa envolver a comunidade, arquitetos e projetistas numa equipa pluridisciplinar, para expressar as suas opiniões, através de um diálogo aberto. O objetivo é garantir que as suas necessidades sejam atendidas, compreender os recursos disponíveis e alcançar resultados viáveis. Importa produzir habitação acessível por meio de políticas públicas, promovendo o equilíbrio entre o ser humano e os espaços urbanos.

Tendo por base esta visão social e humanista da arquitetura, serão agora abordados três planos localizados em Lisboa que julgamos serem relevantes para o entendimento do conceito de *plano e bairro integrado*. Evidencia-se a importância da oferta de *habitação para todos*, não segregada nos seus princípios, permitindo compreender o alcance social que os arquitetos envolvidos pretendiam¹⁷.

¹⁶ Raul Hestnes Ferreira (1973), in Coelho, (2007), p. 9 “Habitação Humanizada”

¹⁷ Entende-se que a arquitetura é um dever social, baseado nos pressupostos clássicos do arquiteto, de não projetar para um número mínimo, mas sim para toda a população, incorporando todas as opções possíveis, desde o espaço privado da habitação até o desenho do espaço urbano. Porém os contextos socioeconómicos representam as entraves que resistem à arquitetura, por isso que se recorre a referências internacionais para a demonstração do quão urgente se necessita em produzir novidades racionais no âmbito da arquitetura e do urbanismo, uma maneira de requerer a possibilidade de transformar o mundo, eram a resposta para a crise na habitação. (Tostões, 2002)

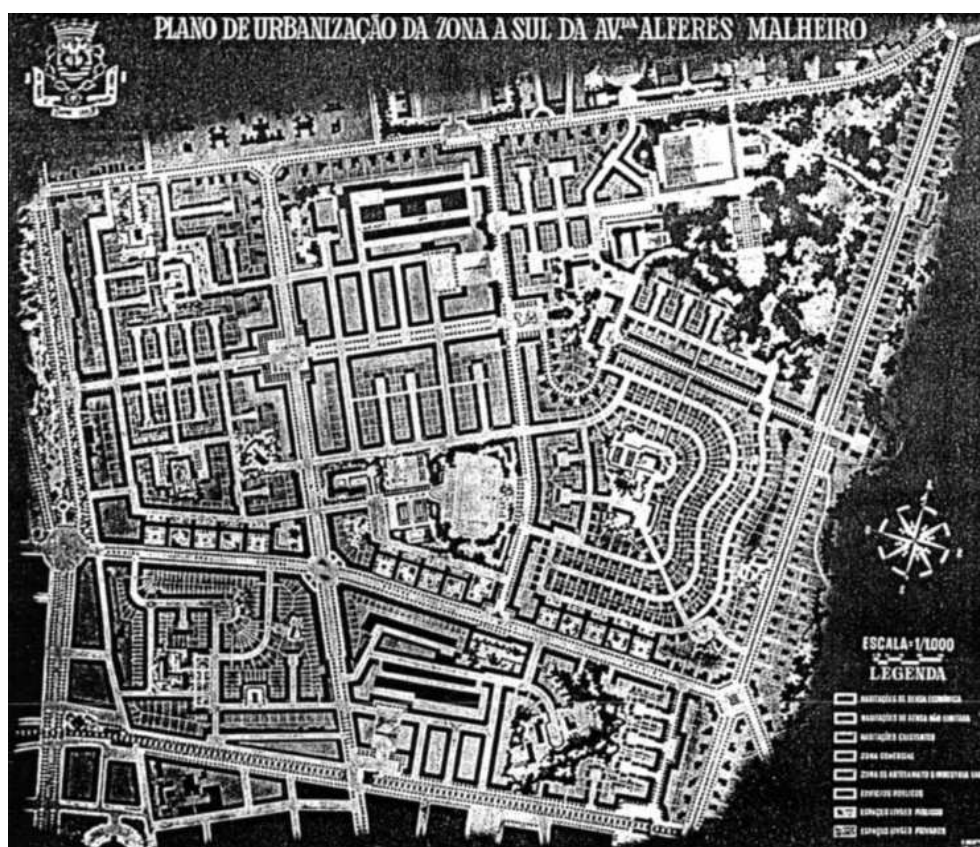


Fig. 24 Plano de Urbanização de 1945, do Bairro de Alvalade

Bairro de Alvalade

As primeiras intenções para o Bairro de Alvalade surgem a partir do Plano Geral de Urbanização de Lisboa, de 1938, proposto pelo urbanista Étienne De Groer, através da expansão da cidade para a zona norte. Anos mais tarde, entre 1940 e 1945, João Faria da Costa desenha o *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*, conhecido como Bairro de Alvalade, com o propósito de alojar 45000 habitantes. A privatização de terrenos rurais foi essencial para expandir a cidade, dando resposta à forte falta de habitação que se fazia sentir¹⁸. (Tostões, 2002)

O Bairro de Alvalade é destacado pelas suas características territoriais e morfológicas, sendo fundamental analisar o Plano de Urbanização (PU) de 1945 que lhe deu origem (fig.24), para entender como transformou o espaço urbano e a habitação em ambientes integrados. (RTP Arquivos “Alvalade”)

O bairro foi projetado a nordeste de Lisboa, com vias e praças cercadas por edificações, e a relação entre células organizada pela hierarquia dos eixos. Algumas áreas seguiram princípios racionalistas da Carta de Atenas, nomeadamente a já mencionada célula 8. Importa referir a diversidade de modelos de habitação, promovendo a coexistência de vários estratos sociais. (Tostões, 2002)

Foram destinadas áreas para a construção de células habitacionais de renda económica; foi implantada uma rede de transportes para facilitar a mobilidade dos habitantes¹⁹ e preservada a área arbórea para garantir um ambiente tranquilo²⁰. Uma visão modernista com grandes construções direcionadas para as ruas principais,

¹⁸ Com responsabilidade do Ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco, correspondendo a uma das áreas previstas pelo Plano Diretor Municipal (1938-1948), e grande influente para a transformação da cidade lisboeta.

¹⁹ 31 mil foram ocupar habitações coletivas de renda económica; 9 500 em habitações sem limitação de rendas; 2 500 em habitações unifamiliares sem limitações de renda; e 2 mil em habitações unifamiliares com renda económica. (Tostões, 2002)

²⁰ Como solução para alguns problemas relacionados com a remodelação do centro de Lisboa que se devia, também, ao trânsito urbano que interferia com a idealidade para o local. Contudo o problema da remodelação da Baixa, na zona central entre o Rossio e o Socorro, estava relacionado com a disponibilidade habitacional para alojar famílias com baixos rendimentos que se encontravam a ocupar imóveis sinalizados para serem demolidos.



Fig. 25 cruzamento da Avenida de Roma com a Avenida dos EUA



Fig. 26 Avenida de Roma



Fig. 27 Avenida da Igreja, com o Mercado de Alvalade ao fundo da avenida

com rendas pré-estabelecidas, e criação de rotundas de grandes dimensões para aliviar o tráfego. (RTP Arquivos “Alvalade”) (Barroso, 2012)

No plano de Alvalade, a Avenida de Roma constitui-se como a principal artéria, relacionando-o com a cidade. A sua zona residencial de 230 hectares²¹, inclui oito células habitacionais organizadas em torno de uma escola primária e principais eixos viários, como a Avenida dos EUA, que atravessa o bairro. O projeto apresenta edifícios modernos suspensos em *pilotis*²², alinhados perpendicularmente às vias pedonais e áreas verdes (fig.25). Inicialmente, o plano seguia um limite de quatro pisos imposto nos bairros sociais divulgados pelo Estado, mas a alteração no programa introduziu a casa tradicional com logradouros²³. Parte da construção do bairro foi promovida pelo Estado, controlando a venda de lotes para manter a paisagem urbana (fig.26). (Tostões, 2002) (Barroso, 2012) (RTP Arquivos, Alvalade)

Em 1947, surgiu um novo modelo de habitação plurifamiliar de rendimento limitado, previsto para os terrenos públicos cedidos pela autarquia. Isso permitiu o aumento das áreas para habitações, como na Avenida da Igreja²⁴, onde, no final, há uma escola e a célula 3, projetada por Fernando Silva, destinada a abrigar áreas comerciais e edifícios de uso misto (comércio e habitação) (fig.27), integrando, ainda, o Mercado de Alvalade Norte e a zona artesanal²⁵. E, também, do Bairro de S. Miguel (célula 7), projetada por Jacobetty Rosa e Sérgio Ramos. A edificação

²¹ Datados de 1945, que corresponde à concretização mais importante para a cidade, e que viria a favorecer, pontualmente, destas novidades modernas implementadas.

²² Representava uma novidade naquela época, quando a ideia tradicional da primeira fase do Bairro de Alvalade é ultrapassada e se realizou uma exposição do que seria moderno na arquitetura, com artistas como Mário Laginha ou Vasconcelos Esteves a produzirem um módulo, expresso nas plantas, que corresponde a uma investigação racional e experimental sobre a temática da habitação. (Tostões, 2002)

²³ Esta alteração surgiu como uma oportunidade para proporem projetos inovadores e experimentais, mais atualizados, por parte de profissionais mais jovens que estavam ocorrentes do que acontecia fora do país.

²⁴ Quando interseçada pela Avenida de Roma exibe uma estatueta de S. António um monumento que afere beleza àquele espaço pela sobriedade do seu traçado. (RTP Arquivos “Alvalade”, 1991)

²⁵ Situando-se na zona intermédia entre o Norte e o Sul da área que seria urbanizada, onde é servida pela Avenida do Brasil, Avenida de Roma, Avenida da Igreja e pela Avenida do Rio de Janeiro. Em 1958 retornam os princípios defendidos pela Carta de Atenas com o bloco habitacional revestido em azulejo amarelo, por Jorge Segurado, reelaborando o revestimento tradicional. (Tostões, 2002)



Fig. 28 Conjunto habitacional do Bairro de S. Miguel (célula 7)



Fig. 29 Conjunto das Casas de Renda Económica, de Jacobetty Rosa



Fig. 30 Edifício Torre, na Avenida D. Rodrigo da Cunha



Fig.31 Unidades Habitacionais do Bairro das Estacas

em princípios modernos, estava suportada por pilotis para criar espaços comerciais, introduzindo um novo conceito de arquitetura modular, de fácil replicação. Isso favoreceu a criação e manutenção dos espaços verdes, praças e ruas, com uma arquitetura coesa que integra bem as áreas pedonais e de tráfego rodoviário (fig.28). (Barroso, 2012) (Tostões, 2002)

O PU de 1948 para a zona Sul do bairro, inclui a Avenida do Brasil (antiga Avenida Alferes Malheiro), ligando o Campo Grande à rotunda da Avenida do Aeroporto, cercada por edifícios altos e áreas arborizadas. O projeto conta com um bloco habitacional de renda económica, onde a primeira fase inclui as células 1 e 2, compostas por casas de renda económica asseguradas pelas HE-FCP e projetadas por Miguel Jacobetty Rosa²⁶ (fig.29). (Tostões, 2002)

As construções seguem o princípio de unidade no exterior adaptadas à diversidade tipológica e ao tamanho dos agregados. Além da função habitacional, a avenida contempla o Hospital Júlio de Matos. Esta terceira célula tinha urgência em ser construída, pois seria a única a oferecer apoio comercial para os moradores das células 1 e 2, numa zona em renovação e expansão da cidade. (Barroso, 2012)

A célula 6, projetada por Joaquim Ferreira, em 1948, na Avenida D. Rodrigo da Cunha, consistia em 42 moradias económicas alinhadas perpendicularmente às ruas, pioneira no estilo "torre", com espaços-jardim e quatro unidades por piso²⁷ (fig.30). Em 1949, o Bairro das Estacas, de Ruy d' Athouguia e Formozinho Sanchez, substituiu os quarteirões tradicionais por blocos perpendiculares aos arruamentos e uma plataforma ajardinada contínua com edifícios suspensos (fig.31). Entre 1951 e 1952, um grupo de arquitetos, incluindo Celestino de Castro e José Huertas Lobo, desenvolveu uma intervenção radical, influenciada por construções internacionais

²⁶ Eram tipologias que tinham como referência os estudos publicados por Griffini em *Costruzione razionale della casa*, onde Jacobetty estuda os sistemas pré-fabricados, algo desconhecido e inovador à época. (Tostões, 2002)

²⁷ Com um sistema construtivo e forma do edifício, a novidade da cobertura plana em terraço transitável para a acomodação dos estendais, uma lavandaria comunitária em cada edifício. Além dos novos princípios do desenho das fachadas, onde a zona de serviços e cozinha contemplam a fachada frontal da rua, devido à supressão do que é frente e o que são as traseiras da habitação. (Tostões, 2002)



Fig. 32 Mercado de Alvalade Norte, na Avenida 31 de Janeiro



Fig. 33 Vista aérea sobre o Bairro de Alvalade (1953)

em altura, com conjuntos coletivos em tipologias mínimas e dúplex, conectados por acessos verticais e em galeria²⁸. (Tostões, 2002)

A Avenida 31 de Janeiro, paralela à Avenida de Roma, é delimitada por edifícios de grande porte, incluindo um quartel de bombeiros que inicia a fachada urbana modernista. A via prevê, também, habitações de renda económica e, próximo ao quartel, o Mercado de Alvalade Norte, projetado por Rui Mendes, um importante mercado da cidade, conhecido pela oferta económica de produtos locais (fig.32). Também inclui a Escola Secundária Padre António Vieira, a única que serve toda o bairro. A avenida, bastante movimentada, é intercetada por arruamentos com edifícios pequenos. No final da rua, encontra-se o parque do Inatel, criado juntamente com o bairro, para uso dos trabalhadores e suas famílias, proporcionando harmonia ao ambiente urbano. (RTP Arquivos “Alvalade”) (Barroso, 2012)

Sendo considerado o primeiro bairro integrado de Lisboa, desenvolveu-se com base na urbanidade e modernidade local, focando-se em edifícios modernos que valorizavam a estrutura do plano original. Passados mais de 50 anos, é um exemplo que ao introduzir tipologias distintas, procura o equilíbrio dos espaços públicos e privados, dinamismo, conforto e segurança. O bairro adapta-se às necessidades atuais, criando um ambiente atrativo e comunicativo, mantendo um equilíbrio entre habitações e espaços públicos, onde as pessoas podem viver e interagir. (Tostões, 2002) (RTP Arquivos “Alvalade”)

Alvalade é um exemplo positivo da combinação entre qualidade urbana e integração de tipologias modernas, valorizando o património histórico e a evolução da cidade²⁹ (fig.33). Além disso, o plano ajudou a reduzir a afluência no centro urbano,

²⁸ Organizavam-se segundo os princípios racionais de Corbusier, com as instalações sanitárias subdivididas e os 2,40m de pé direito mínimo, duplo para as salas. Contudo foi uma solução renegada pelo município devido a ser pouco burguês e revolucionária, com as áreas de mais uso voltadas a Sul e os acessos verticais para a avenida grande que, tinha o propósito de ser representativa.

²⁹ É um bairro que pratica a função e a forma contínua que se conecta com a envolvente próxima, criando a possibilidade de se desenvolver, crescer futuramente, através da definição estratégica e precoce de áreas para esse efeito. Ser um elemento integrador é trabalhar a diversidade, estabelecendo um equilíbrio com a mesma e para com o espaço urbano habitável, como forma de revitalizar tanto o local como a sociedade em si inserida.



Fig. 34 Vista aérea no cruzamento dos principais eixos viários de Alvalade

incentivando a expansão para as zonas periféricas e orientando o crescimento urbano em direção às áreas industriais, principalmente no lado Este. (RTP Arquivos “Alvalade”)

“(...) é possível viver num ambiente humanizado e suavizado pelo verde urbano a «dois passos» de uma intensa animação urbana, gozando, ainda, de diversas, facilidades funcionais e da proximidade em segurança a equipamentos destinados a crianças. (...) um conjunto de pequenos «oásis» residenciais, mas associados a eixos com intensa vida própria e bem caracterizada, e teve, ainda, a abertura funcional e a capacidade plástica para receber e valorizar excelentes intervenções residenciais modernistas, complementando-se assim, ainda um pouco mais, um Bairro que é também história viva, testemunho da evolução da vida cultural portuguesa.”³⁰

Atualmente, o principal problema em Alvalade é a presença excessiva de automóveis, especialmente com a criação dos parqueamentos (fig.34). O projeto urbano e residencial destaca a necessidade de equilibrar a uniformidade com os regulamentos e inovação de qualidade. “(...) um exemplo de como um tecido urbano legível e identificável pode suportar a variação tipológica dos modelos de habitação, sem perder urbanidade.”³¹ (Coelho & Coelho (colab.) Pereira, 2007)

Olivais Norte e Sul

Os bairros dos Olivais Norte e Sul, de iniciativa pública, vão dar continuidade às estratégias de expansão da cidade de Lisboa para nordeste, após a experiência do Bairro de Alvalade, embora sem os eixos estruturantes de ligação com a cidade, que Alvalade beneficiou.

Assim, entre 1955 e 1958, os ideais do urbanismo moderno foram testados no PU dos Olivais Norte, com experiências a uma maior escala aplicadas a Sul, antes da década de 60 do século XX. (Chaves, 2021)

Ambos os bairros são considerados integrados, dado que preveem um conjunto de serviços de apoio juntamente com a habitação. Também a habitação está

³⁰ Ribeiro Telles (2000), “Documentos de Arquitetura DA03”

³¹ Francisco Barata (1998), “As formas da casa na forma da cidade”, nos Encontros da AAP – Habitação, Construir Cidade com Habitação.

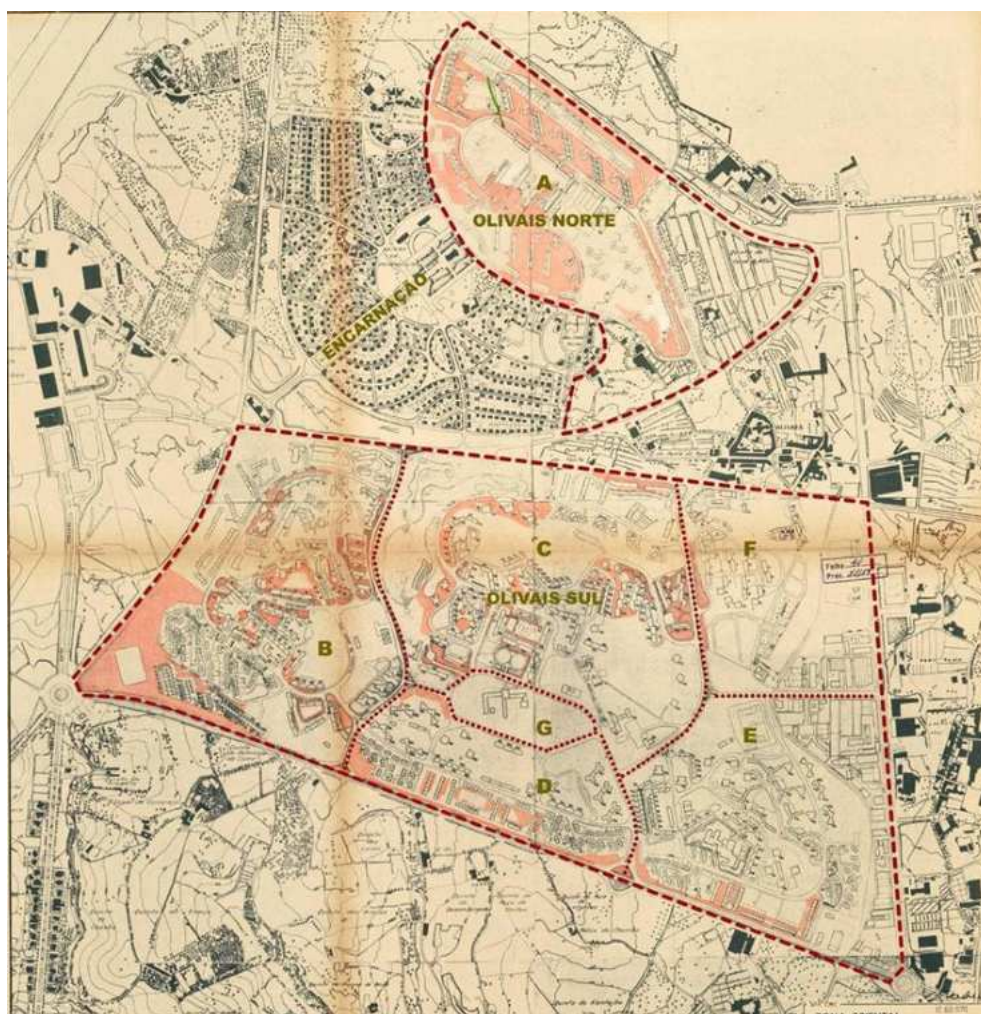


Fig. 35 Plano Geral para os Olivais Norte e Sul, 1970-1971

destinada a inúmeras famílias de estratos económicos variados, não segregando tipologias de famílias, ainda que o edifício de baixo rendimento seja o mais comum.

Em 1959, o decreto-lei nº42.454 estipulava quais as áreas de cedência construtiva habitacional para renda económica, variando entre as categorias I e IV, para as freguesias dos Olivais Norte e Sul. (Chaves, 2021)

O projeto é uma colaboração necessária para reformular o planeamento urbano, adaptando-o às exigências atuais e ao equilíbrio entre os espaços privados e públicos, sem se limitar à utopia modernista ou ao julgamento pós-moderno. José Rafael Botelho, autor do plano, destaca que os Olivais são um exemplo de centro urbano equilibrado, com uma clara definição entre construção privada e espaço público, promovendo o bem-estar da sociedade, sem tratar este plano como único (fig.35). (Chaves, 2021)

Os planos para os Olivais, Norte e Sul, visam consolidar o crescimento a nordeste da cidade, incluindo um programa de habitação social e explorando diferentes formas de habitar o espaço urbano. No plano dos Olivais Norte foram refletidos os princípios da Carta de Atenas, enquanto que nos Olivais Sul incorporou-se as revisões do documento sobre modernidade nas cidades. A comparação entre os dois planos é relevante, pois eles representam referências contemporâneas, com foco na preservação do património e na integração do meio urbano (fig.36 e 37). Os projetos procuram também promover a conexão entre construções e espaços públicos, melhorando a qualidade de vida e as transições espaciais. (Chaves, 2021)

Do mesmo modo que, ambos os planos, preveem a construção de habitações plurifamiliares em altura, em diferentes períodos, e a integração dessas habitações com espaços verdes, representando uma abordagem inovadora para a época. As tipologias de habitação, como T0, T1, T2, T3, surgiram dessas intervenções, realizadas pelo GTH, e tiveram impacto arquitetónico, urbanístico e artístico, com reflexos educacionais para Lisboa e o país³². Esses planos visavam eliminar estereótipos,

³² Entrava numa nova fase, onde a elegância e o controle na arquitetura, se encontrava a ser explorado como não tinha sido até ao momento.



Fig. 36 Vista aérea sobre a zona Norte dos Olivais



Fig. 37 Vista aérea sobre a zona Sul dos Olivais

utilizando recursos locais e mão-de-obra acessível para desenvolver habitações inovadoras e dentro do orçamento estabelecido. (Chaves, 2021)

Foram implementados desenvolvimentos na função social dos espaços urbanos, como escolas, centros cívicos, igrejas e mercados, com o apoio de instituições de ensino superior. Essas parcerias viabilizaram o projeto, que foi divulgado através de publicações e exposições. O objetivo foi construir uma paisagem partilhada, promovendo espaços coletivos de permanência e úteis, inspirados em projetos urbanos anteriores, para integrar a contemporaneidade no ambiente urbano e fortalecer a relação entre Homem, Arquitetura e Natureza. No entanto, a execução dos PU para os espaços verdes não foi concluída como previsto, devido à desproporção entre a produção e o modelo planeado. Apesar disso, os espaços verdes foram adaptados para funções comunitárias ³³, enquanto a desarticulação entre os eixos viários, serviços e quarteirões habitacionais evidenciou uma malha urbana moderna, onde os edifícios eram compostos por vários volumes e os espaços sobranceiros eram considerados públicos. (Chaves, 2021) (Jornal de Arquitetura nº81, 1964)

O Bairro da Encarnação (bairro de Casas Económicas), também conhecido como Bairro Jardim face à envolvente verde e às habitações unifamiliares, foi construído entre 1940 e 1946 pelo arquiteto Paulino Montez³⁴, a nordeste da freguesia dos Olivais, representando a separação física entre os dois planos (fig.38 e 39). Com formato de borboleta, o bairro é caracterizado por habitações unifamiliares de três tipologias distintas e alguns edifícios plurifamiliares de 8 andares. Localizado numa área estratégica, é atravessado pela Avenida de Berlim, que divide os Olivais (fig.40 e 41). (Rafael, Luís, Ramos, 1990)

³³ Mas que não eram práticos para usufruto infantil e sim estético de acordo com a opinião do arquiteto José Rafael Botelho.

³⁴ Cumprindo as políticas públicas estabelecidas pelo Estado Novo, através de uma encomenda estatal, pelo então ministro Duarte Pacheco. Este arco temporal abrange o domínio salazarista, que pretendia desenvolver a cidade através da oferta de edifícios habitacionais com expressividade da casa portuguesa, independentemente da classe social.



Fig. 38 Plano do Bairro da Encarnação, anos 40



Fig. 39 Bairro da Encarnação via satélite (2017)



Fig. 40 Panorâmica sobre o Bairro da Encarnação

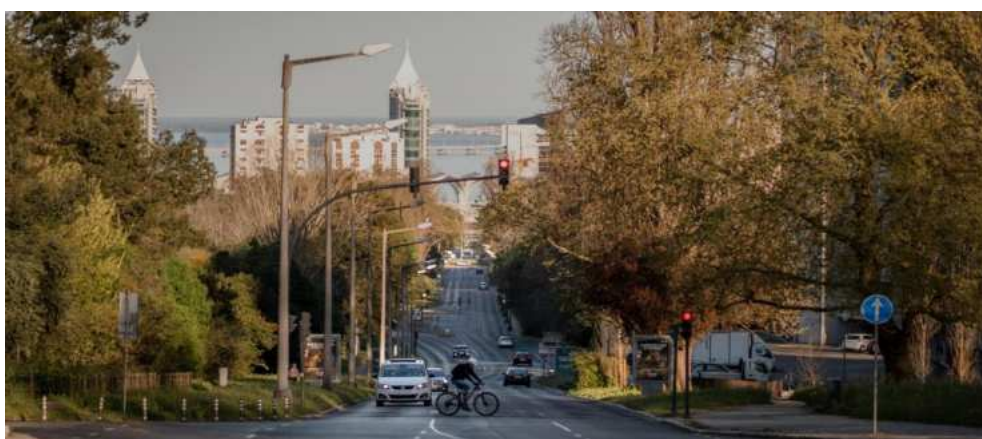


Fig. 41 Vista sobre a Avenida de Berlim que divide os Olivais

Plano dos Olivais Norte

O Bairro dos Olivais Norte foi inaugurado em meados da década de 1960, após revisão do projeto urbano e habitacional³⁵, que estabeleceu tipologias de renda econômica para famílias de baixa e média renda (fig.42). Embora similar ao Bairro da Encarnação em termos de programas habitacionais, o Bairro dos Olivais Norte apresenta uma organização diferente, com edifícios mais assimétricos, melhor divisão dos eixos viários e pedonais, e maior ênfase em zonas livres e habitação em altura. (Chaves, 2021)

A morfologia do bairro integra áreas verdes, habitações isoladas e arruamentos, o que dificulta a estruturação e leitura clara da paisagem, onde o objetivo era evitar a segregação social e pequenos bairros excluídos. Os edifícios plurifamiliares, por sua vez, combinam o modernismo e a contemporaneidade, destacando-se pela criação de espaços urbanos amplos, com uma continuidade entre o piso térreo e o solo, e a organização eficiente das zonas de circulação e serviço. As coberturas oferecem funções práticas e de lazer. Essas experiências visam integrar o edifício com o espaço urbano e o ambiente natural, criando uma coesão com o todo³⁶ (fig.43). (Chaves, 2021) (Tostões, 1997)

As habitações foram projetadas por arquitetos como Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e António Freitas, com soluções variadas, como pátios centrais e núcleos rígidos de acessos verticais, integrando a forma arquitetónica ao panorama urbano e às zonas naturais³⁷ (fig.43.6 e 43.7). Pedro Cid e Fernando Torres que propuseram

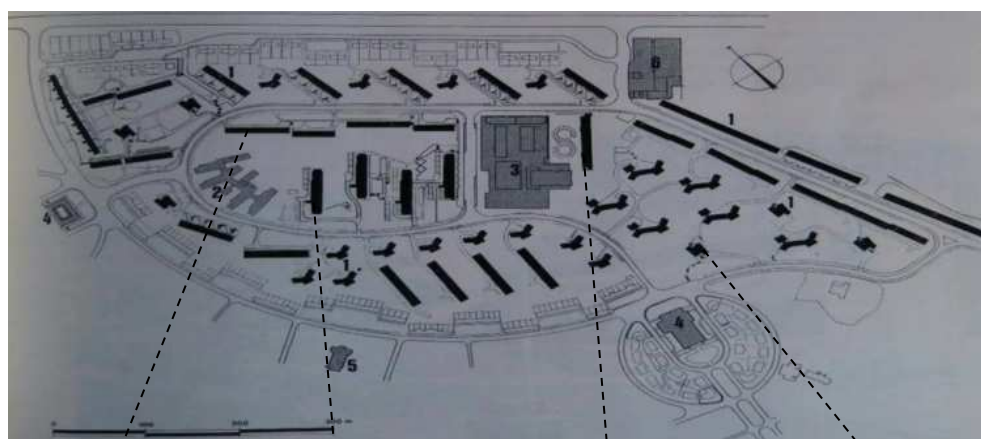
³⁵ Devido às exigências do decreto-lei nº42.454/1959 e, de algumas frações do terreno, ser do domínio municipal o que implicou um pedido de obtenção dessas mesmas partes, para se executar os arruamentos e fundação das unidades habitacionais.

³⁶ Esta intervenção em específico, e outras semelhantes que ocorreram noutras cidades, tornaram-se referências para o estudo e a introdução gradual de disciplinas revolucionárias e vanguardistas na doutrina arquitetónica.

³⁷ Não esquecendo de referir, o edifício dos arquitetos António Pinto Freitas e Nuno Teotónio Pereira, vencedor do Prémio Valmor em 1967, sendo considerada a torre mais elevada face à composição envolvente e de função social, o que oferece novidade para o local onde é implementado, pois apresenta dimensões peculiares para os espaços destinados às viaturas e aos peões, jardins e escolha benéfica da orientação solar, com o objetivo de estimular a permanência exterior nos espaços públicos comuns e a socialização.



Fig. 42 Plano dos Olivais Norte (1955) por Pedro Falcão e Cunha e, José Sommer Ribeiro



43.1



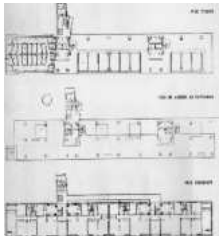
43.3



43.6



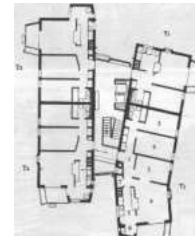
43.2



43.4



43.5



43.7

Fig. 43 Plano dos Olivais Norte pelo GTH (43.1 e 43.2: Conjunto habitacional de Pedro Cid e Fernando Torres; 43.3 e 43.4: Conjunto habitacional de Palma de Melo e Pires Martins; 43.5: Conjunto habitacional de Abel Manta; 43.6 e 43.7: Conjunto habitacional de Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e António Freitas)

habitações em banda, com tipologias simplex e duplex, e acessos verticais múltiplos, priorizando a escala humana³⁸ (fig.43.1 e 43.2). Palma de Melo e Pires Martins que, inspirados na Unidade Habitacional de Marselha, criaram volumetrias mais leves, com edifícios de até 11 andares sustentados por pilares³⁹ (fig.43.3 e 43.4). Um bairro moderno que se caracteriza pela humanização, como na unidade habitacional de Abel Manta e no uso de tijolo aparente nas fachadas, uma proposta inovadora de João Matoso e João Braula Reis que mistura o rural com o contemporâneo (fig.43.5). (Bandeirinha, 2007: 101) (Coelho, 2021)

Mesmo com a limitação de área para a função habitacional, as propostas em torre oferecem maior capacidade, equilibrando a procura por mais habitação e a disponibilidade de terreno. A altura dos edifícios varia conforme a categoria que os edifícios se inserem face à implantação dos acessos verticais⁴⁰, criando um perfil crescente do quarteirão em direção ao núcleo urbano, com uma malha que segue de Nascente para Poente. O objetivo é garantir iluminação e ventilação naturais adequadas, além de projetar jardins públicos que protejam as construções dos ventos dominantes e das indústrias próximas. (Chaves, 2021)

Apesar da sua organização tradicional e construção rápida, e tendo a menor área de trabalho, o PU dos Olivais Norte tornou-se um plano atual e eficaz. Apesar das adversidades, foi possível alcançar a coerência desejada, demonstrando como as áreas verdes e livres ainda hoje se integram de forma eficaz. (Coelho, 2021) (Chaves, 2021)

³⁸ Como também acontece nas unidades projetadas pelo arquiteto Vasconcelos Esteves, além do mesmo relacionar os edifícios com o meio ambiente natural em que se insere e que os envolvem.

³⁹ Um dos cinco princípios defendidos por Le Corbusier e que foram aplicados na construção deste bairro.

⁴⁰ Estimava-se um número significativo de habitantes que iriam ocupar estes conjuntos, sensivelmente 85 000 pessoas. A partir deste dado, foi possível a aferição das dimensões percentuais para defini os espaços, como os 62,30% de ocupação verde, 16% para os arruamentos, ou os 13,88% destinados para receber habitação.

As categorias podem ir desde a I e II que complementam a altura até o 4º andar, onde o elevador ainda não é considerado obrigatório, e, as categorias III e IV que podem alcançar até os 11 pisos, já de introdução obrigatória de elevadores.

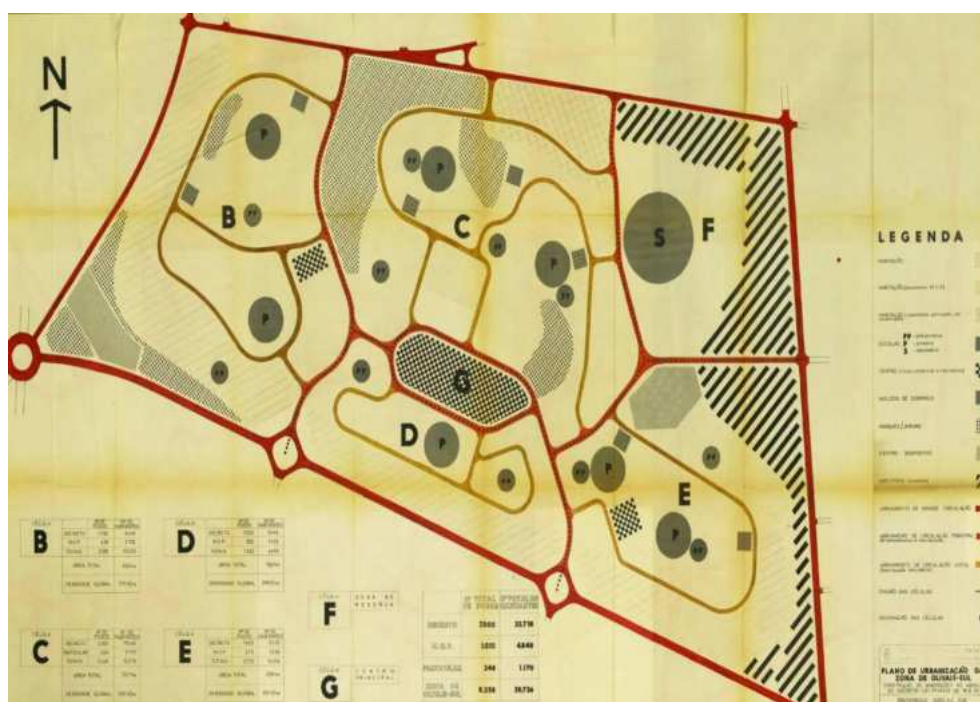


Fig. 44 Esquema de Urbanização Geral para os Olivais Sul (1961), pela Câmara Municipal de Lisboa

Plano dos Olivais Sul

O Plano de Urbanização para a zona sul dos Olivais altera as áreas inicialmente definidas, sem priorizar a preservação ambiental e o património histórico e cultural, ao contrário do plano para a zona norte. A área de intervenção da zona sul é maior, com aproximadamente 187 hectares subdivididos em seis frações (B, C, D, E e F), conforme os Planos de 1970 e 1971 (fig.44). No entanto, devido à amplitude da área, o plano não foi totalmente executado, o que dificulta a compreensão da paisagem do bairro. O projeto, elaborado pelos arquitetos Carlos Duarte e José Rafael Botelho, inclui o plano-base e os projetos das diferentes células, além dos espaços não construídos e seus equipamentos urbanos. (Chaves, 2021)

Com base nas revisões do outro PU, a zona sul será organizada hierarquicamente e por unidades de vizinhança, inspiradas nas referências inglesas adaptadas à realidade de Lisboa⁴¹. A intenção é substituir os ideais franceses⁴² pelas influências internacionais que Rafael Botelho absorveu na Inglaterra e na Holanda, mesmo com regras inflexíveis sobre volumetrias e distribuição espacial. Em relação à hierarquização e distribuição das frações, o GTH⁴³ manteve a base do GEU, alterando apenas as denominações, onde o conjunto habitacional poderá abrigar até 2400 pessoas, as unidades de vizinhança até 5800, os blocos de habitação em célula até 12.000 e as habitações organizadas em malha, com características urbanas, até 48.000 ocupantes. (Chaves, 2021)

“A compreensão da arquitetura produzida por e para as “Habitações Económicas” – Federação de Caixas de Previdência (HE), enquanto organismo promotor de habitação durante 26 anos, e dos modos de actuação dos seus principais actores, tanto no

⁴¹ Das cidades-jardins da Inglaterra, destacando os desenhos urbanos de Harlow, para proporcionar um projeto urbano e a definição espacial das diferentes atividades, e as referências adquiridas por José Rafael Botelho e INA-Casa, através das obras construídas por Portas e Teotónio Pereira

⁴² Que chegaram a ser trabalhados por De Gröer, e com os princípios da Carta de Atenas que foram expressos, por exemplo no bairro dos Olivais Norte.

⁴³ A concretização do plano só conseguiu ter início na década seguinte em relação ao plano projetado para os ON, devido às consequências que provém do decreto-lei nº 42.454/1959, como organismo substituto do GEU que já tinha avançado, parcialmente, na execução deste planeamento, nomeadamente parte da construção dos arruamentos previstos. Os arquitetos e artistas que formavam o GTH, optaram em integrar analiticamente os valores trabalhados na zona norte da freguesia.



Fig. 45 Plano de Urbanização dos Olivais Sul (1968)

processo de concepção do exercício de um projecto alicerçado nos ideais modernos, como no vigoroso trabalho das equipas que souberam transformar esses mesmos ideias em ferramentas de valorização social, no seio de um país carenciado.”⁴⁴

O plano geral dos Olivais é estruturado pelos eixos principais e, futuramente, pelos secundários. No entanto, essa malha apresenta fraquezas na integração entre o centro urbano e seus arredores, priorizando os veículos em detrimento dos pedestres, o que dificulta a circulação e a atratividade da cidade para quem chega. Os arquitetos do PU procuravam promover a integração social entre os moradores, optando por arruamentos que servem de base para edificações independentes e isoladas, conectadas por espaços livres (fig.45). (Coelho, 2021)

Devido à densidade populacional de cada célula, denominação e estruturação das funções, algumas frações priorizam a convivência comunitária, especialmente as projetadas para promover a unidade de vizinhança, enquanto outras visam a vivência urbana, dependendo da escala dos espaços construídos e não construídos. Nuno Portas criticou a intervenção arquitetónica, apontando a desorganização na implantação das edificações e a falta de arruamentos, afetando a circulação⁴⁵. Os Olivais Sul procuram representar uma nova abordagem urbana, combinando estilos modernos e contemporâneos com o tradicionalismo local, visando uma paisagem mais humana. No entanto, essa visão não foi completamente implementada⁴⁶ como em Olivais Norte, já que o plano da zona sul só foi formalizado quatro anos após o início da construção. A colaboração de diversos artistas com diferentes princípios prejudicou a coesão do conjunto urbano, gerando críticas à composição arbitrária do espaço. (Chaves, 2021)

Associado a isto, o espaço projetado destinado a ser o parque Vale do Silêncio entre as parcelas B (fig.46,47 e 48) e C (fig.49, 50 e 51), não cumpriu sua função original, mas conseguiu proporcionar conforto e bem-estar à área circundante.

⁴⁴ Tavares, M. (2016). “Habitações Económicas. Federação de Caixas de Previdência. Arquitectura e modos de actuação no exercício do projecto”. Tese de doutoramento.

⁴⁵ Que se viria a considerar desproporcional face à necessidade que, futuramente, os edifícios e equipamentos iriam precisar.

⁴⁶ Conclusão retirada da reflexão que foi feita relativamente à execução incompleta deste planeamento.



Fig. 46 Célula B, Plano dos Olivais Sul (1955-1963).



Fig.47 Imagem aérea da célula B (2023).



Fig.48 Conjunto Habitacional de Vitor Figueiredo e Vasco Lobo na célula B (1967).

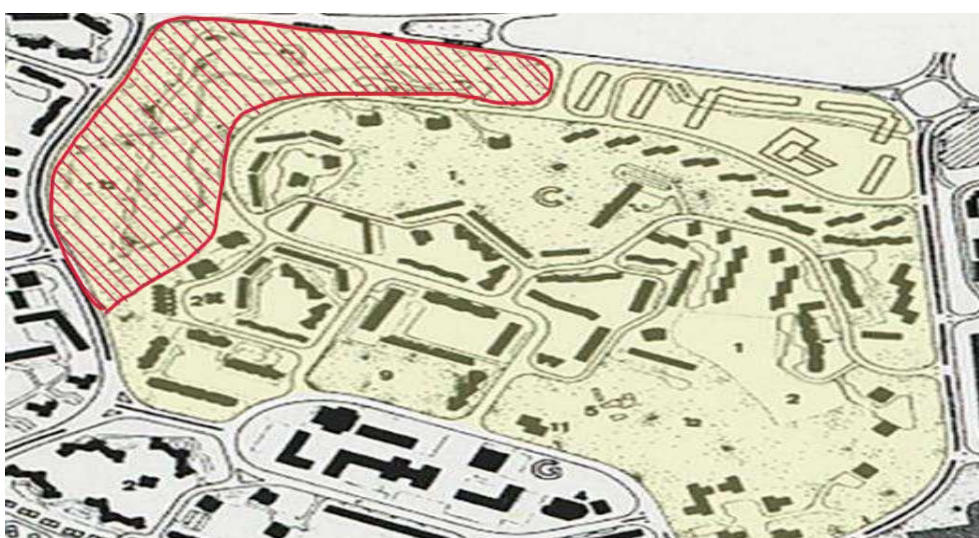


Fig.49 Célula C com grande zona arbórea denominada Vale do Silêncio (mancha a vermelho), Olivais Sul (1968).

Este planeamento reflete uma combinação cultural do Norte e Sul de Portugal, integrando o ambiente natural com o construído, valorizando a natureza e promovendo a socialização e a vida comunitária, algo incomum na época. (Tostões, 2002, in Chaves, 2021)

No entanto, uma mudança que proporcionou uma repercussão maior, foi a construção sucessiva em altura de habitação. Uma ação que impede de percorrer o terreno pois, através desta repetição construtiva em massa, irá reduzir a percentagem de solo permeável do lugar (fig.52 e 53). (Coelho, 2021)

“O dimensionamento das três malhas que foram sendo planeadas – Olivais-Norte, Olivais-Sul e Chelas – terá ditado a sorte de cada uma delas. Efetivamente, se a reduzida dimensão do primeiro permitiu uma operação-relâmpago completa e por isso bem-sucedida, já Olivais-Sul ficou amputado da sua indispensável área central de serviços (...) Verifica-se assim que faltou a esta ambiciosa sucessão de intervenções no território uma programação faseada que se tivesse traduzido em unidades de planeamento adequadamente dimensionadas.”⁴⁷

O bairro dos Olivais tem sido afetado pelas exigências modernas da habitação, interferindo nas áreas públicas e envolvente próxima, demonstrando a necessidade de conservação e manutenção. Entre 1980 e 2000, houve uma redução significativa da população residente, porém, a partir de 2011, houve um aumento no interesse em residir na região, mesmo com a ocupação dos espaços, originalmente, destinados para zonas verdes, estavam a ser ocupados face à escassez de habitação. Essas transformações, embora tenham interrompido o desenvolvimento organizado da cidade, contribuíram para a promoção da sustentabilidade ao revitalizar as áreas urbanas, evitando a apropriação inadequada de espaços destinados a outras finalidades⁴⁸ (fig.54). (Chaves, 2021)

Podemos concluir que, o planeamento dos Olivais é um exemplo de urbanismo inovador à época, seguindo os princípios da Carta de Atenas⁴⁹, ajustando

⁴⁷ Nuno Teotónio Pereira (1998) in Coelho (2021), p.21 “Pequena viagem pelos cerca de 70 anos de Habitação de Interesse Social Portuguesa (HISP) antes do INH/IHRU”

⁴⁸ O desafio ao abordar as funções ambientais, sociais e económicas (triangulação da sustentabilidade) com a transformação da relação entre a inovação e a tradição, e não anulando uma das vertentes.

⁴⁹ Como as cidades podiam ser funcionais através da relação dos moradores com os visitantes dos respetivos bairros.



Fig.50 Imagem satélite da Célula C, dos Olivais Sul (2023).



Fig.51 Edifícios em Torres por Raúl Hestnes Ferreira e Manuel Tainha (1967).



Fig.52 Célula E do Plano inicial para os Olivais Sul (1968).



Fig.53 Imagem satélite da Célula E, dos Olivais Sul (2023).

o plano inicial para melhorar o crescimento urbano e promover a conservação integrada (CI) do património. Nos Olivais Norte, promove-se a coabitação multicultural e a integração de malhas urbanas tradicionais e modernistas. Essa uniformidade entre o ambiente natural e a arquitetura garantiu a durabilidade do bairro, que, quase 70 anos depois, mantém sua identidade original e cumpre com os regulamentos da época, sendo o primeiro plano a integrar diferentes tipos de arruamentos, facilitando a circulação. Esses casos de estudo são eficazes pela sua organização, estruturação e integração no que diz respeito à urbanidade, habitação, socialização e unidade de vizinhança. Lisboa, ao combinar o Movimento Moderno com o tradicionalismo, apresenta-se como um campo de experimentação para diferentes abordagens artísticas, dada sua importância no país⁵⁰. (Coelho, 2021) (Chaves, 2021)

“(...) um plano poderia impor a implantação ou preservação de pontos de referência, o desenvolvimento de uma hierarquia visual das vias, a elaboração de unidades temáticas para os bairros, a clarificação dos pontos nodais. E acima de tudo trataria das inter-relações entre os elementos ... o objectivo final de um tal plano não é a forma material em si mesma, mas a qualidade de uma imagem nos espíritos ... será também útil treinar os observadores a observar a cidade, as formas múltiplas e o modo como se articulam umas nas outras ... Tal educação ajudaria no desenvolvimento da imagem da cidade, mas também na reorientação dos habitantes na análise de modificações perturbadoras.”⁵¹

⁵⁰ Sendo que, ocorre num momento que favorece Portugal relativamente ao fim das guerras mundiais e a capacidade financeira que adquiriu com a sua intervenção em acontecimentos importantes, como foi a receção aos refugiados oriundos de países europeus, ou até, a participação da exploração e aquisição de territórios na época dos Descobrimentos, que compreende o Império Colonial na Europa.

⁵¹ Kevin Lynch (1960) p.137 e 138 “L` Image de la Cité”, in Coelho (2007), p.102 “Habitação Humanizada”



Fig.54 Imagem satélite do Bairro dos Olivais Norte e Sul, e do Bairro da Encarnação (2023).

Barcelos e novos modos de habitar:
de um bairro *integrado* ao estudo do espaço
doméstico para *todos*



Fig.55 Imagem satélite da cidade de Barcelos (2014).

Contexto

*“A ideia de cidade moderna prefigurada por Tony Garnier, entre 1901 e 1904, com o projecto de Uma Cidade Industrial – Une Cité Industrielle – e por Le Corbusier em 1922 com a proposta da vila contemporânea – ville contemporaine – contém o suporte ideológico da mudança social indispensável à recuperação de uma dimensão cultural capaz de exprimir uma ideia de cidade na qual a função de habitar corresponde a qualidade espacial adequada ao espírito contemporâneo. Le Corbusier, realizando em 1925, no âmbito da Exposição Internacional de Artes Decorativas de Paris, o protótipo de uma unidade habitacional (pavillon de L'Esprit Nouveau), correspondente a um módulo de casa urbana integrável no quarteirão dos Immeuble-villas mostra a grande potencialidade da arquitectura na construção de uma cidade contemporânea onde a felicidade de viver tem significado.”*⁵²

Acredita-se que em Portugal, nos últimos anos, tem-se construído habitações com base em princípios lucrativos através do menor investimento de capital possível. Isto reflete-se nos projetos de habitação das zonas periféricas até aos centros das cidades.

A cidade de Barcelos contempla construções sociais e económicas, sendo necessário proceder a uma breve análise do seu parque edificado, como forma de compreender quais foram as obras que se tornaram referências e promoveram a evolução arquitetónica e urbana da mesma; e atualmente, construindo uma base de apoio para as ações e intervenções futuras, dentro da temática do planeamento urbano e da habitação.

Em meados do séc. XX, a cidade barcelense contemplou o aparecimento de uma malha urbana nova (fig.55), organizada e retilínea que irá estimular o crescimento de novas áreas, distinta da estrutura livre e orgânica que era desenvolvida até então⁵³. Foi uma forma de se enquadrar na modernidade que se estabelecia no país, começando a distanciar-se de um concelho maioritariamente rural, através da instauração da indústria barcelense⁵⁴.

⁵² Fátima Fernandes e Michele Cannatà, (2003), p.8 “Habitação Contemporânea, Formas de Habitar – Contemporary Housing, Ways of Living”

⁵³ Consequências da implantação da linha férrea no séc. XIX (1877)

⁵⁴ Criada por João Duarte no ano 1921, de função agrícola, albergando um grande grupo de trabalhadores (Vieira, 1999-2000: 183)



Fig.56 Esboceto de Urbanização Geral da cidade de Barcelos (1963).

Além da carência habitacional, a cidade encontrava-se em déficit de infraestruturas básicas para corresponder ao crescimento migratório, que ocorreu face ao aumento da oferta de empregabilidade e melhor qualidade de vida⁵⁵. Algo que resultou da industrialização progressiva que foi abordada no 1º Congresso Nacional de Arquitetura, através do tema “Problema Português de Habitação”.

Para solucionar tanto a questão habitacional como o desenvolvimento urbano, foi apresentado, em 1951, pelo arquiteto David Moreira da Silva e a arquiteta Maria José Moreira da Silva, o Antepiano de Urbanização da Cidade de Barcelos⁵⁶. Reestruturado em 1963 e intitulado Esboceto Geral de Urbanização (fig.56), apresentou propostas que visavam implantar as normas defendidas pela Carta de Atenas, e que pretendia propor soluções menos rígidas e compactas, como o que era apresentado na respetiva envolvente⁵⁷.

Face a esse trabalho, fosse através de apoio privado e/ou público, o concelho foi-se compondo com estruturas e edifícios que cumpriam com o que era permitido pelos programas públicos de habitação. Ao mesmo tempo que, através da realização de um estudo sobre a Arquitetura Regional Portuguesa, arquitetos como Fernando Távora abordavam os ideais da arquitetura vernacular, especialmente no território. (Antunes, 1988: 27)

Devido ao grande, e repentino, aumento da densidade populacional da cidade, as casas foram se transformando em locais sem condições de serem habitados. Por isso, algumas instituições públicas, semipúblicas e privadas responsabilizaram-se em atribuir habitações condignas às classes desfavorecidas, através dos programas habitacionais económicos.

⁵⁵ Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Barcelos de 13 de junho de 1945

⁵⁶ Um instrumento de auxílio às autarquias locais, para facilmente, acederem às iniciativas públicas em vigor, dentro da vertente económica.

⁵⁷ Além de servir de referência para a execução posterior dos PP, nos futuros bairros, já que o Esboceto não avançou para a fase de execução. Tal como aconteceu com um outro plano redigido pelo arquiteto José Carlos Loureiro, no final da década de 70, mas que serviu como referência para o atual PDM de Barcelos.



Fig.57 Identificação dos bairros económicos de Barcelos.



Fig.58 Localização do Bairro João Duarte em Arcozelo (2014).

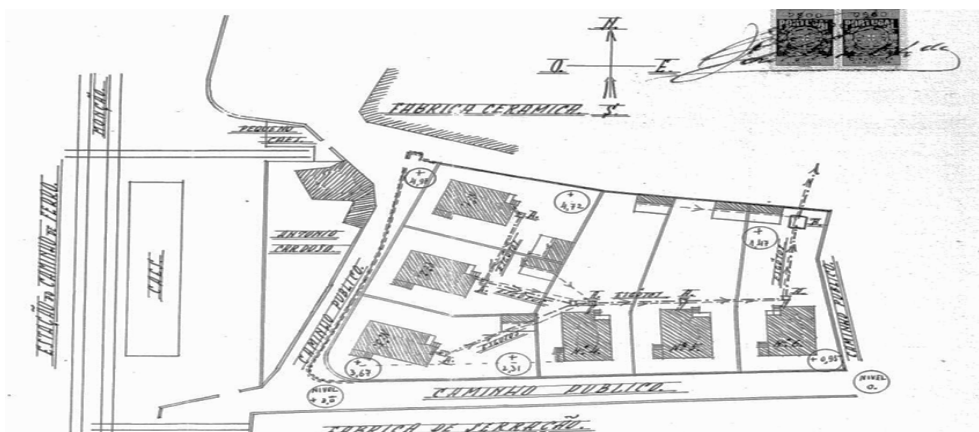


Fig.59 Planta de Implantação do Bairro João Duarte (1942).

O programa das Casas de Renda Económica (1945), com promoção e financiamento das HE-FCP, teve grande impacto em Barcelos, especialmente na construção do Bairro da Santa Marta. Outros bairros, como o Bairro João Duarte, Bairro 1º de Maio, Bairro da Misericórdia, Bloco Habitacional e o Conjunto Habitacional na Avenida João Duarte, enquadram-se no contexto social e de renda económica, através de outros financiamentos, como sendo a filantropia. Esses projetos refletem uma resposta ao quotidiano rural da época e à necessidade de soluções habitacionais adaptadas ao território e às insalubres condições que se viviam. (fig.57).

O Bairro João Duarte, o primeiro bairro social projetado em Barcelos, foi construído em 1942 na freguesia de Arcozelo, uma das maiores do concelho, perto da via-férrea. Projetado pelo arquiteto João Pereira Braga e incentivado pelo industrial barcelense João Duarte, o bairro visava oferecer casas para os seus operários, com sistema de arrendamento. Composto por seis casas do tipo T3, o projeto refletia a típica ‘casa portuguesa’ unifamiliar, adaptada ao conforto dos moradores e incluindo um jardim privado⁵⁸, cozinha, despensa, instalação sanitária, sala, três quartos, sótão e cave com arrumos (fig.58 e 59).

Posteriormente, entre 1946 e 1949, foi construído o Bairro 1º de Maio, também na freguesia de Arcozelo, por parte do programa estatal das CFP, com foco nos agregados de baixos rendimentos (fig.60). Projetado pelo urbanista e arquiteto David Moreira da Silva⁵⁹, foi a última área onde se puseram em prática programas do Estado Novo, incluindo equipamentos públicos como escola e capela. As casas individuais, com quintal privado, eram adaptadas aos moradores, mas apresentavam um carácter heterogêneo devido aos materiais e ao design repetitivo, contrastando com a homogeneidade visual da época. Devido ao seu afastamento da cidade e aos valores superiores aos rendimentos sociais, as habitações foram pouco procuradas pela população, sendo usadas por operários de João Duarte (fig.61 e 62). (Comissão Executiva do Monumento a João Duarte, 1967: 46)

⁵⁸ Memória descritiva presente no processo 32/42 – U de firma Têxtil João Duarte L.O – Estação.

⁵⁹ Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Barcelos de 12 de junho de 1946



Fig.60 Localização do Bairro 1º de Maio em Arcozelo (2014).

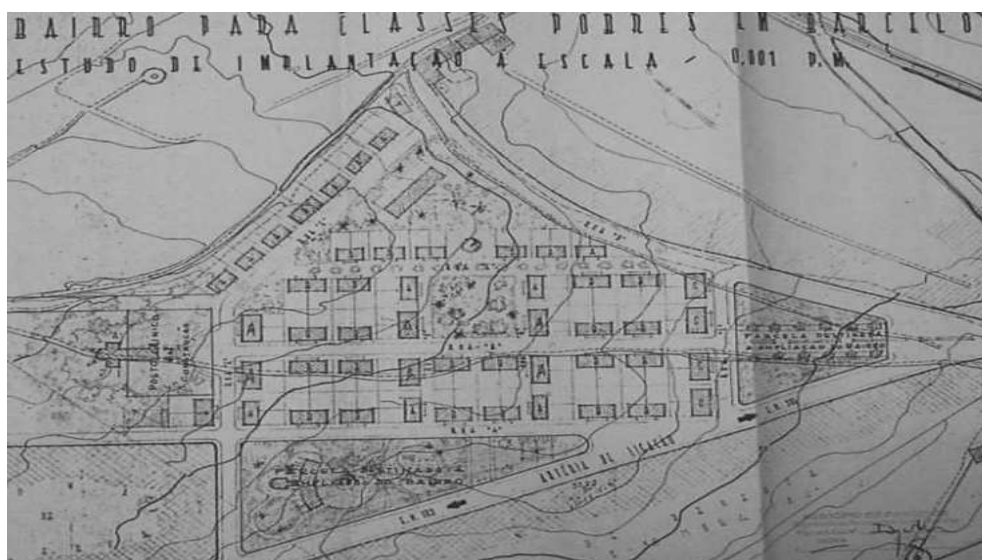


Fig.61 Proposta de Implantação do Bairro 1º de Maio.



Fig.62 Vista do Bairro 1º de Maio depois de reabilitado (2023).

O Bairro de Santa Marta, construído entre 1955 e 1962 na zona este da cidade, foi o terceiro bairro desenvolvido, através da iniciativa pública das HE-FCP, que permitiu a introdução de infraestruturas básicas nas habitações, algo que os centros urbanos da época não ofereciam. Projetado por Nuno Teotónio Pereira, como forma de demonstrar que todas as etapas de um projeto, são fundamentais para a concretização de projetos integrados e inovadores, onde a autarquia decidiu, “(...) *proceder à abertura duma artéria de ligação entre a Rua de Santa Marta (Estrada Nacional) e o Campo de Futebol (Avenida Doutor Sidónio Pais), no intuito de facilitar a construção de prédios que venham a atenuar o grave problema habitacional da cidade (...)*”⁶⁰ (fig.63 e 64).

Alicerçado ao modernismo que se fazia presente, Teotónio Pereira em 1958, tenta rever os princípios internacionais como “*um esforço de conhecimento da realidade social dos destinatários e da procura de uma escala adaptada aos sítios (...) com vetores de humanização do espaço, sem ruptura com os contextos regionais tradicionais, buscando imagens nas raízes da arquitectura popular.*” (Tostões,1997: 88) O bairro combina a arquitetura tradicional com a ruralidade local, pretendendo adotar tipologias T2, T3 e T4, distribuídas em casas geminadas de dois andares, com logradouro e pátios. O projeto adotou módulos padrão, facilitando a construção rápida e econômica para resolver a questão habitacional (fig.65).

O Bairro da Misericórdia (1959-1961), situado na freguesia de Vila Frescainha S. Martinho, em Barcelos, foi concebido pelo arquiteto Ruy da Silveira Borges, com o apoio da Santa Casa da Misericórdia local e do DGSU-GEH⁶¹. Um projeto inovador que desagrega a conceção tradicional dos quarteirões, construindo edifícios coletivos que transformam os pátios privados em espaços comuns e públicos. Ao contrário de outros bairros, os edifícios não seguem os alinhamentos das ruas, proporcionando diferentes vivências do espaço e uma continuidade do espaço privado para o exterior. O bairro possui cerca de 23 edifícios de dois andares, com 92 tipologias,

⁶⁰ Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Barcelos de 04 de julho de 1956

⁶¹ Direção-Geral dos Serviços de Urbanização – Gabinete de Estudos de Habitação



Fig.63 Localização do Bairro Santa Marta (2014).



Fig.64 Bairro de Casas Económicas de Santa Marta.

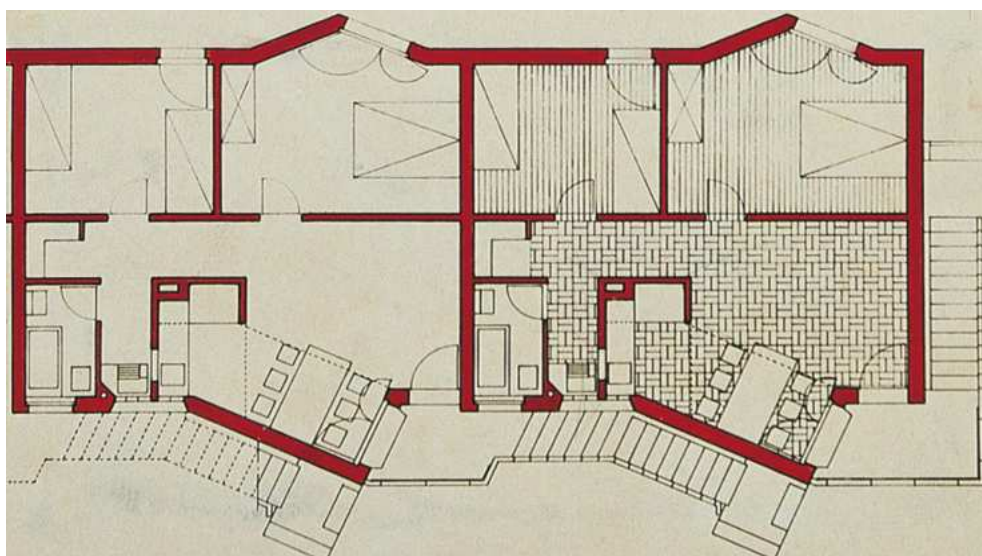


Fig.65 Plantas tipo das Casas Económicas do Bairro de Santa Marta, por Nuno Teotónio Pereira.



Fig.66 Localização do Bairro da Misericórdia (2014).

cada uma contendo quatro fogos, e um modelo-base repetido em todas as habitações. Apesar da ausência de equipamentos urbanos, o bairro foi bem aceito devido à sua proximidade com a cidade e à promoção da convivência social (fig.66 e 67).

O último bairro a ser construído dividiu-se em duas fases. A primeira, que abrange o Bloco Habitacional na Avenida João Duarte (1960-1961), foi projetada pelo arquiteto Gaspar de Sousa Coutinho, a norte da cidade, e se integra nos programas de Casas de Renda Económica, além do sistema de Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimos⁶². A pedido do município, *“(...) as construções devem ser agrupadas de forma a obter pequenos blocos que se harmonizem com as características interesse da grande artéria para ali projectada.”*⁶³. Um projeto vanguardista com edifícios de quatro andares e acessos verticais em galeria, criando zonas sociais comunitárias. Inspirado na Unidade Habitacional de Marselha, de Le Corbusier, o bairro adota a ideia de que a casa, como uma máquina de habitar, também pode ser uma solução económica. As 24 tipologias são duplex e separam racionalmente os espaços comuns dos privados, em linha com o conceito de casa individual (fig.68 e 69).

A segunda fase deste bairro, corresponde ao Conjunto Habitacional na Avenida João Duarte, foi construído em 1966, seguindo os mesmos programas da primeira fase e sendo o último projeto de João Duarte, também assinado por Gaspar de Sousa Coutinho (fig.70). Ao contrário da construção coletiva em altura, este projeto retorna ao modelo de casas unifamiliares organizadas em banda, com 6 habitações dispostas em duas bandas. Cada unidade segue um modelo padrão com um piso de cave, térreo e primeiro piso em consola, sendo este último um elemento marcante na entrada e cobertura, inspirado no Bairro da Cooperativa 'O Lar Familiar' (1950).

Atualmente, é raro encontrar habitações que preservem os elementos originais dos projetos desses bairros ou que ainda mantenham características dos projetos

⁶² Surgiu através de João Duarte para albergar os seus trabalhadores, como ação de uma iniciativa privada que marca a nova etapa do HE-FCP.

⁶³ Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Barcelos de 07 de novembro de 1956

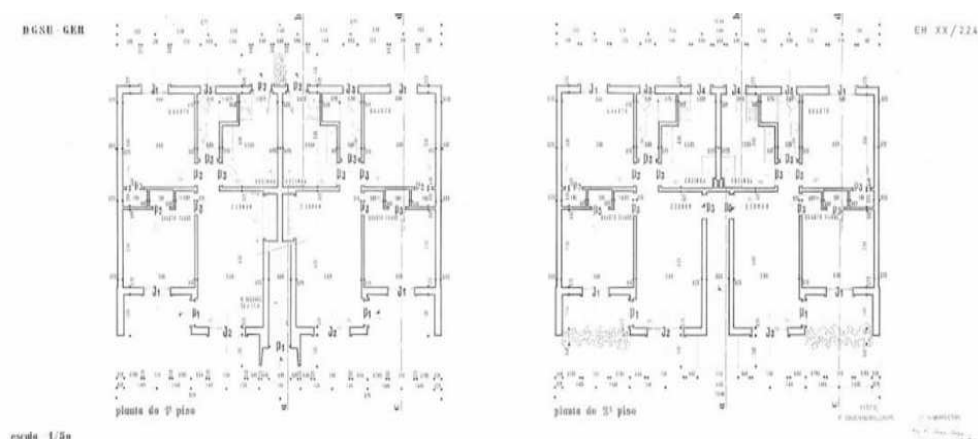


Fig.67 Plantas do 1º e 2º piso das habitações do Bairro da Misericórdia (1959).



Fig.68 Localização do Bloco Habitacional (vermelho) e do Conjunto Habitacional na Avenida João Duarte (amarelo) (2014).

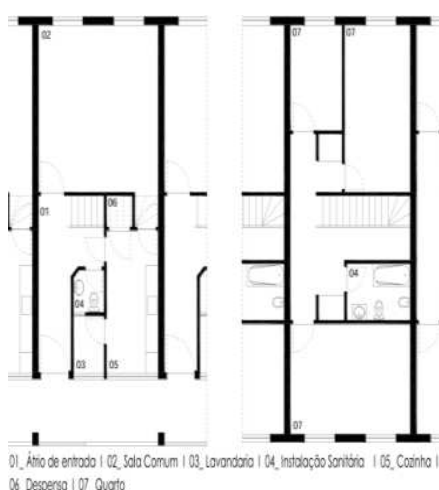


Fig.69 Tipologia T3, do Bloco Habitacional na Avenida João Duarte.

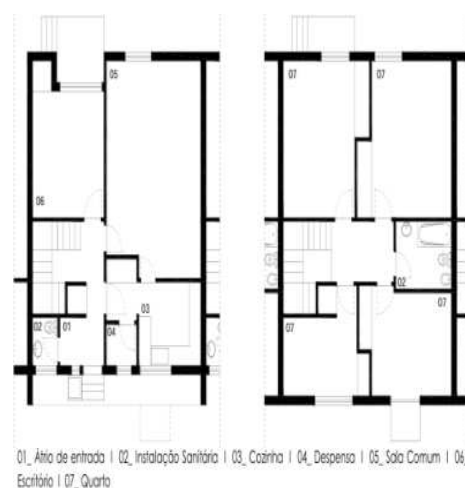


Fig.70 Tipologia T4, do Conjunto Habitacional na Avenida João Duarte.

iniciais em eventuais intervenções de reabilitação. No entanto, esses bairros, pela sua execução e durabilidade, são casos que podem servir de base para futuras propostas inovadoras, considerando o contexto atual da área. Nos dias de hoje, os espaços urbanos estão a suprimir a escala humana, o que dificulta a preservação da identidade das ruas devido à desvalorização cultural em favor da produção em massa e do fator económico na composição urbana, buscando equilibrar a distribuição económica com o uso dos recursos. Como resultado, a população tenta adaptar os princípios construtivos da habitação aos ideais comerciais dos mercados imobiliários, visando aumentar o consumo.

Os arquitetos dividem-se entre duas abordagens: uma que valoriza a natureza e a integração das construções com o ambiente, criando espaços habitáveis; e outra, que aborda a arquitetura tripartidária de Leon Baptista Alberti, que se foca em estabilidade, comodidade e satisfação. Para garantir um meio urbano de qualidade, é essencial adotar a simplicidade nas fases iniciais do processo, analisando conceitos que serão materializados em projetos. A reabilitação urbana, que preserva a história e melhora o habitar, deve ser abordada de forma integrada, promovendo a convivência social e funcional, com espaços que favoreçam tanto a interação comunitária quanto a introspeção individual. É fundamental equilibrar as zonas privadas, públicas e de transição para unir essas dimensões.

“(...) os bairros ... partes da cidade com uma dimensão tão significativa que tenham uma representação/memória como espaço a duas dimensões, onde um observador pode penetrar em pensamento e que seja reconhecível porque tem um caráter geral identificável.”⁶⁴

Além disso, é importante considerar o *genius loci* – o espírito do lugar – que deve ser preservado nas novas propostas arquitetónicas, respeitando a história local. A boa execução de um projeto depende da criação de uma harmonia entre o ambiente construído e o natural urbano, com foco na escala humana como elo entre as duas perspetivas. Mas mesmo com as inovações, é essencial lembrar que, produzir um modo de habitar envolve três escalas: a urbana, com identidade própria; a da

⁶⁴ Kevin Lynch (1960) p.54 “L` Image de la Cité”, in Coelho (2007), p.102 “Habitação Humanizada”



Fig.71 Identificação da área de intervenção (2014).

residência, que integra a escala urbana; e a humana, que reflete as necessidades do indivíduo em ambas as escalas. As escalas urbana e habitacional tornam-se cada vez mais relevantes, especialmente com a evolução tecnológica, ampliando a interação entre a vida doméstica, o bairro e outras dimensões, como o local de trabalho e as paisagens das cidades vizinhas.

“(...) não o podemos fazer com a exclusão de tudo o que seja novo e com a ideia de que tudo o que se faz tem de ser formalizado segundo uma dada moda mais ou menos histórica ... é preciso um critério de flexibilidade.”⁶⁵

Projeto de intervenção: a urgência de habitar a cidade

O tema do trabalho da unidade curricular de Projeto III esteve diretamente relacionado com o programa “Mais do que Casas”, proposta da Universidade do Porto a todas as escolas de arquitetura e demais disciplinas, como forma de comemorar os 50 anos da democracia. Como tal, foi proposto desenvolver uma perspetiva individual sobre um modelo de habitar para daqui a 50 anos [*Como vamos habitar em abril de 2074?*], com o acrónimo *SMILE! – Visões para o habitar em áreas rurais periurbanas*: refletindo sobre os conceitos de Sustentabilidade; Mobilidade; Inclusão, Low-cost; Evolutivo.

A cidade de Barcelos localiza-se no distrito de Braga, ocupando uma favorável posição geográfica, económica e cultural, ao longo do rio Cávado. A área rural/periurbana a ser intervencionada encontra-se a Oeste do centro urbano, limitando-se ao Sul pela Circular de Barcelos, a Oeste pela rua do Carregal, a Este pela rua do Faial e ao Norte pela rua do Cruzeiro (fig.71).

O estudo da cidade revelou um crescimento de sul/nascente para poente, com um vasto território arbóreo e a Circular como principal eixo estruturante, separando as áreas urbanas e rurais. Também se observou um forte desenvolvimento habitacional e comercial, de médias e grandes dimensões, que se tem expandido para as zonas periféricas desocupadas, caracterizando-se como espaços rurais, com áreas verdes

⁶⁵ Hazel Conway e Rowan Roenisch, (1997), p.139, “Understanding Architecture”



Fig.72 Vista aérea que mostra a relação do terreno com a cidade (2014).



Fig.73 Relação entre o espaço rural e a construção (2023).

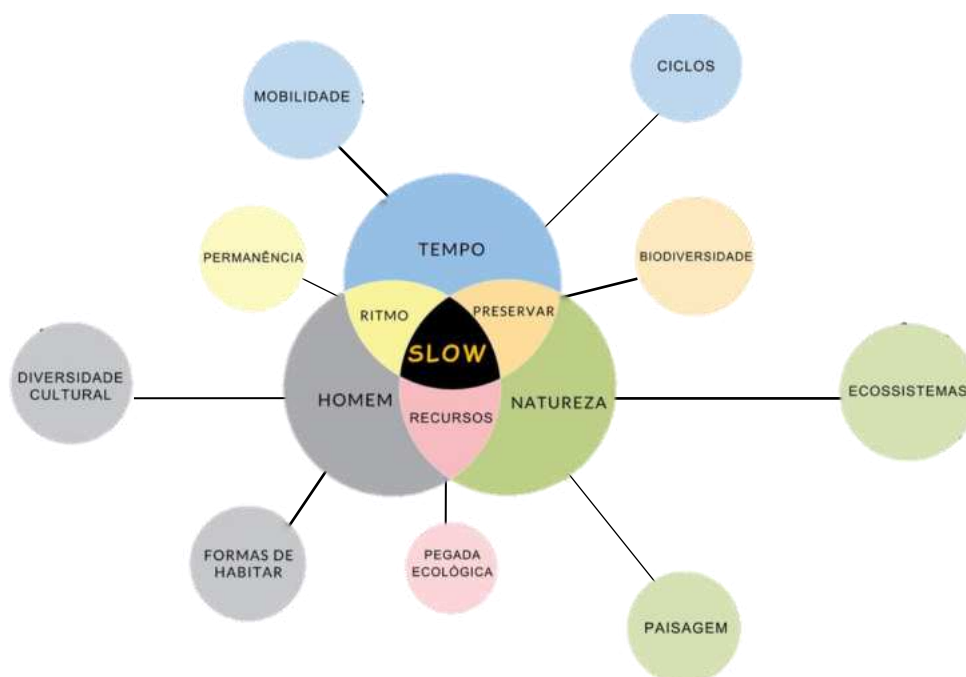


Fig.74 Esquema do conceito para o projeto urbano.

e volumes de massa arbórea, muitas das quais são consideradas zonas de REN e RAN, favorecendo a produção local. Procedeu-se ao reconhecimento do local, percebeu-se a sua tranquilidade, o ruído urbano e a dinâmica viária. Esse reconhecimento também permitiu identificar materiais, texturas, a morfologia local e a vivência social a serem incorporadas no espaço periurbano.

Procurando identificar os espaços adequados para as intervenções e os elementos âncora que podem melhorar a qualidade do local, criou-se áreas de maior movimento e socialização, abordando um dos problemas detetados. A intervenção urbana foi orientada pelos conceitos de *Slow* e *Interculturalidade*, com foco nos seguintes princípios (fig.74):

- **Tempo:** priorizando a mobilidade, espaços de permanência e ciclos de vida das pessoas e das cidades;
- **Natureza:** com a preservação da paisagem local e melhoramento do ecossistema;
- **Homem:** como referência para as diferentes formas de habitar, promover a diversidade cultural, segurança, conforto, inclusão e unidade de vizinhança;
- **Relação público-privado:** ajustando a intervenção às necessidades da cidade e sua identidade, considerando a sua evolução.

A definição de um conceito base permitiu formular críticas ao planeamento da autarquia para as áreas envolventes à nossa intervenção. É um local onde se interseitam algumas freguesias com programas distintos: áreas urbanas com edifícios plurifamiliares, grandes superfícies comerciais e uma rede viária extensa, e uma zona rural, que é vista como zona de expansão urbana da cidade, devido à proximidade de importantes equipamentos, como o campus do IPCA, o estádio municipal e a proposta do novo centro hospitalar. Propôs-se, assim, um programa abrangente para o espaço periurbano, focado na organização de um bairro integrado, com três tipologias de habitação: rural, periurbana e urbana, além de equipamentos culturais, sociais e comerciais, espaços de lazer e áreas verdes.



Fig.75 Esquema dos percursos.



Fig.76 Esquema da implantação do conceito da "cidade dos 15min".

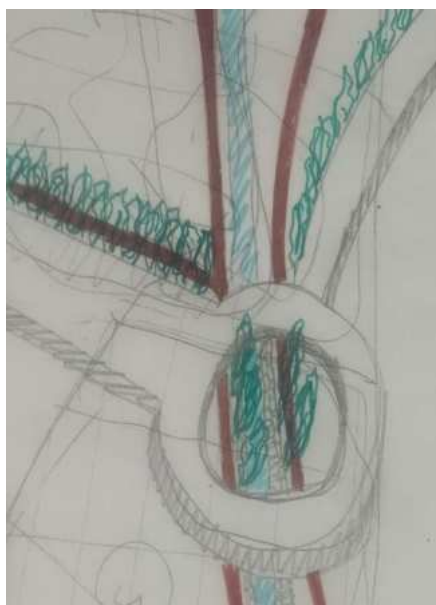


Fig.77 Esquema do bio circuito que envolve o ecossistema da ribeira.



Fig.78 Esquema da relação do espaço construído com o não construído.

Relativamente à evolução da malha urbana, procurou-se estabelecer novos equilíbrios e espaços, mas a ausência de uma malha resultou num planeamento desalinhado e desorganizado. Esse foi um dos desafios para criar uma malha estruturante na zona, devido ao crescimento descontrolado a sul/nascente da cidade e à liberdade territorial a poente, no meio rural. A criação da malha estrutural considerou fatores importantes, como a linha de água da ribeira de Nil, que se encontra encanada, e a limitação da área de construção, evitando quarteirões fechados e promovendo a unificação das vias ao redor e dentro do terreno. Também foram analisadas as cotas de altimetria para entender os pontos altos e baixos e sua relação com os percursos na malha proposta.

O principal objetivo incutido nesta proposta de intervenção foi de procurar cerzir realidades distintas dos espaços expectantes e em evolução, associando-se ao que a câmara municipal procura propor para a zona a nascente da zona de intervenção. Através deste objetivo surgiram questões que precisavam de ser solucionadas de imediato, sendo a mais importante o problema de acessibilidade e mobilidade pedonal, e em ciclovias, à zona norte com a variante e com o terreno periurbano com o centro urbano.

O objetivo principal desta proposta é integrar realidades distintas dos espaços em evolução, alinhando-se com as intenções da câmara municipal para a área a nascente da zona de intervenção. A principal questão identificada foi a falta de acessibilidade e mobilidade pedonal e ciclovária entre a zona norte, a variante e o terreno periurbano (fig.75,76,77 e 78). Também se projetou pátios comunitários como forma de garantir um aglomerado disperso de pessoas, mesmo que não sejam considerados um tipo de percurso, para fazer com que tenham novas experiências sociais. Para resolver isso, foram projetados percursos que promovem a convivência social, com modelos variados de mobilidade, incluindo:

- Eixos rodoviários: com redimensionamento das vias ao redor da intervenção, definindo eixos principais e secundários, com acesso ao bairro e edificações comerciais;



Fig.79 Planta de urbanização proposta para a zona periurbana de Barcelos (2024).

- Passagens/travessias: através de transições pedonais e cicláveis entre o local e a envolvente, promovendo fluidez e conectividade com o IPCA ao norte e a área rural ao sul, além de promover microclima e biodiversidade local;
- Ruelas: com percursos pensados para estimular a interação social no bairro, seja como transição entre o bairro e áreas coletivas ajardinadas ou como trajetos que conectam a narrativa do planeamento urbano.

Tendo em conta a evolução da cidade a nordeste, o objetivo passa por projetar espaços que promovam a unidade de vizinhança e a vida comunitária, com diferentes tipologias habitacionais para compor um bairro integrado, procurando acolher utilizadores temporários, como estudantes do IPCA, peregrinos e turistas, e permanentes, com as habitações unifamiliares a poente. O projeto pretende criar uma simbiose entre a arquitetura, o espaço urbano e o ambiente natural, promovendo a integração dos espaços interiores e exteriores, e que se proposta baseia nos seguintes princípios:

- Equilibrar o ecossistema local e melhorar a relação entre o espaço e o homem, com a reabilitação de áreas limitadas pela REN e RAN, promovendo a introdução de novas espécies;
- Utilizar materiais locais, como madeira e pedra, aproveitando a topografia para diferenciar os espaços;
- Introduzir elementos naturais para resolver problemas como o ruído, áreas restritas à construção, impermeabilidade do solo e o encanamento ilegal da ribeira, preservando a paisagem local.

O objetivo final foi transformar o local num espaço eficiente e sustentável, promovendo a socialização, a mobilidade pedonal e a otimização dos espaços. Através deste projeto pretendeu-se recuperar o terreno, respeitando as pré-existências e tentando não prejudicar as estruturas existentes, usufruindo das referências locais para oferecer algo inovador, com a conciliação das atividades urbanas e rurais, além de transformar uma linha de água num corredor ecológico

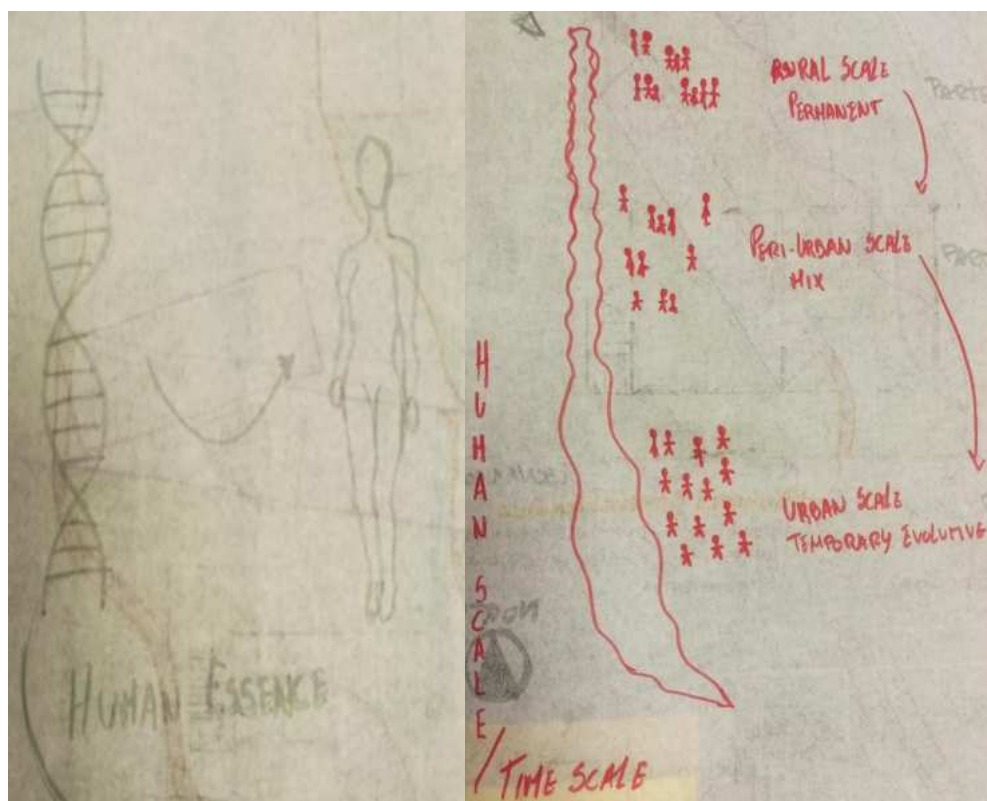


Fig.80 Esquema sobre a escala humana, como base para a criação do bairro.

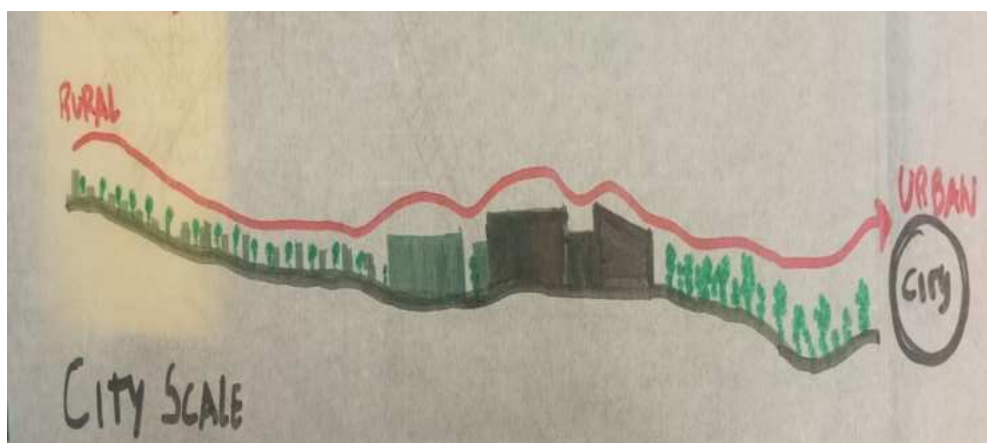


Fig.81 Esquema que retrata a escala rural e a escala urbana, no bairro.

(fig.79). A transição entre público e privado, com o semipúblico como elo de ligação, foi fundamental para refletir sobre a abordagem na habitação e no desenho do espaço público. Cada elemento, desde arruamentos até às entradas das casas, devem criar uma conexão entre os edifícios e o espaço envolvente. Baseado na análise de como se habita atualmente, o projeto propõe caminhos que substituem as ruas tradicionais, dando maior importância às conexões e interações no espaço.

O objetivo foi projetar um bairro que valorize a fauna e flora local, utilizando o traçado arquitetónico e materiais locais, para criar um ambiente que atraia mais espécies e promova a revitalização, com a implantação de vegetação e hortas comunitárias. O projeto defende a importância da aproximação à escala humana, considerando a relação das pessoas com o espaço, independentemente de sua cultura, gênero, faixa etária ou se é um habitante temporário ou permanente (fig.80 e 81). O bairro foi dividido em três tipos de habitação, que se associaram através de equipamentos e percursos que promovam a integração, com uma linguagem comum que abrange acessibilidade, funções diversas e a transição entre o exterior e o interior:

- Habitação Permanente/Unifamiliar, inspirada nas casas tradicionais, combinando o potencial de habitações individuais com inovação;
- Habitação Mista, com tipologias que conjugam a residência permanente e evolutiva em altura;
- Habitação Temporária, com edifícios plurifamiliares, oferecendo tipologias flexíveis e evolutivas em altura.

A implantação das habitações considerou fatores como a orientação solar e a topografia local para adaptar a distribuição dos espaços ao terreno. A proposta incluiu percursos pedonais e ciclovias, reduzindo a dependência de veículos, mas sem eliminá-los completamente. A transição fluída entre os espaços, característica das zonas periurbanas, foi garantida pela elevação dos edifícios multifamiliares sobre pilares de madeira, permitindo a continuidade do espaço verde e dos percursos. O objetivo foi promover a integração entre moradores e visitantes, criando um espaço público acessível que favoreça a convivência, sem estabelecer barreiras rígidas entre o público e o privado (fig.82).



Fig.82 Esquema da narrativa habitacional do bairro.

“(...) uma nova actividade de arquitecto feita da atenção para com os lugares que privilegie não mais a criação de objectos isolados, mas sim a integração, a conjugação e o desenvolvimento de ligações entre sítios, entre pessoas e entre exigências e necessidades frequentemente antagonistas entre si.” – Yves Lyon

Projeto de intervenção de Habitação, na zona periurbana de Barcelos:

“Às vertiginosas mudanças da comunicação e das transformações do perfil comportamental e demográfico das populações, tem correspondido o mercado da habitação com respostas conservadoras e unanimemente consideradas pouco satisfatórias.

Num meio onde impera a lógica do lucro – por vezes pouco merecido – não se vislumbra nenhum esforço consistente e alargado para entender a Habitação como palco da vida quotidiana, e a importância de fenómenos como a perda de espaço da família convencional ou os efeitos da sociedade moderna nos modelos de organização social.”

66

Os arquitetos sempre reconheceram a casa como um espaço essencial para o bem-estar, considerando aspetos como orçamento, cultura e tecnologia para o melhor um melhor desenvolvimento da mesma. No entanto, o fator económico, muitas vezes limita o desenvolvimento da construção e a qualidade de vida, comprometendo a evolução das tipologias habitacionais. Além disso, o conceito de família tem-se transformado ao longo do tempo, abrangendo agora diferentes formas de convivência, como jovens e idosos ou casais que acolhem temporariamente estudantes. Estas mudanças exigem adaptações nas tipologias habitacionais, que ainda não correspondem às novas exigências de função e conforto. E apesar das novidades tecnológicas, a habitação em Portugal precisa avançar para responder, eficazmente, às novas necessidades, principalmente no que diz respeito à habitação coletiva e às relações urbanas.

Segundo os Censos de 2021 é possível dizer, que em Barcelos, existem 39.012 edifícios, onde a maioria é de função habitacional. Esse valor é superior aos de 2011, onde se verificou que, a maioria das habitações é constituída por dois pisos (23.575). A dimensão da restante construção é concentrada nos seguintes pisos: um piso (11.499), três pisos (3.195), quatro pisos (330), cinco pisos (107), seis pisos (81) e sete

⁶⁶ (nota de apresentação) Jorge Pedro Reis, in Fátima Fernandes e Michele Cannatà, (2003), p.5 “Habitação Contemporânea, Formas de Habitar – Contemporary Housing, Ways of Living”



Fig.83 Estudo da relação entre as habitações e o espaço exterior (2024).

ou mais pisos (225). Verificando que, à medida que o número de pisos aumenta a sua quantidade diminui, exceto nos edifícios de maior altura. (Fonte: INE 2021)

Mesmo que os edifícios não tenham problemas de acesso, não deve ser esquecido para diminuir a separação arquitetónica e urbana, ao promover um projeto mais inclusivo, além de se averiguar as condições em que os mesmos se encontram, como o abastecimento de água e saneamento, sendo infraestruturas essenciais para promover o bem-estar e saúde das pessoas. Mesmo que a maioria das habitações atenda a essas necessidades básicas, aproximadamente, 755 edifícios não dispõe de instalações sanitárias integradas e 243 não têm acesso ao abastecimento de água canalizada, destacando a desigualdade nas condições de habitabilidade que ainda precisa ser resolvida. (Fonte: INE 2011, 2021)

Uma definição adequada das tipologias evita a sobrelotação e garante que os edifícios servem as necessidades dos seus utilizadores. Para além da construção, é fundamental a requalificação e conservação do património local, com melhores acessibilidades e formas de deslocação, conforme defendido pelo programa 1º Direito⁶⁷. (Fonte: INE 2021) Essa análise é crucial para recuperar a qualidade arquitetónica e construtiva, muitas vezes desconsiderada, e definir boas práticas para o futuro. É importante relacionar matérias distintas na arquitetura e considerar a relação entre os edifícios e o espaço urbano, promovendo novos métodos de convivência, socialização e comunicação, que refletem a evolução do conceito de habitar em comunidade.

O conceito de habitar vai além das edificações e áreas externas, abrangendo a interação entre espaços públicos (exteriores) e privados (interiores). As escolhas

⁶⁷ Em 2021, o município elabora uma Estratégia Local de Habitação (ELH) que foi revisado. Em 2023, foram registadas 245 candidaturas através do programa de requalificação de casas em precárias condições; 230 referentes ao programa de realojamento, onde se propunha construção social; 29 que pretendiam requalificar as habitações que se encontram arrendadas pela Santa Casa da Misericórdia de Barcelos; e, as restantes 6 candidaturas pretendem atuar, também na vertente de requalificar, sobre as habitações arrendadas pela Associação Mário Correia. O principal objetivo, rege-se por assegurar a igualdade no acesso à habitação, através da inclusão e de um território coeso, associando-se ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para 2026.



Fig.84 Proposta da relação entre as habitações e o espaço exterior (2024)

devem ser humanizadas, levando em conta as opiniões das pessoas e integrando aspetos sociais e ambientais do espaço urbano, considerando os diferentes tempos e escalas do habitar⁶⁸. É essencial propor soluções que conectem o interior e o exterior, promovendo a unidade de vizinhança. As opções devem criar harmonia e qualidade de vida para os ocupantes, adaptando-se às novas funções da habitação e ao perfil dos moradores. Esse pensamento leva à ideia do mínimo e de como representar essas necessidades em tipologias funcionais adequadas a qualquer família. (Coelho, 2007)

*“O desenvolvimento de uma habitação humanizada, com o sentido amplo de um habitar positivamente marcado pelo Homem e positivamente influenciador da sua vida individual, gregária e cívica, deveria ser uma exigência básica numa sociedade que preze o seu passado e vise um futuro com valia solidária e cultural.”*⁶⁹

Um projeto de arquitetura deve integrar-se ao lugar de forma natural, onde as escolhas atendem às necessidades das pessoas e ao contexto, como na arquitetura vernacular, onde tudo é planeado ao pormenor. Desenhar o habitar deve considerar o perfil familiar ou pessoal para se propor um habitar digno e confortável. Assim, a arquitetura deve ser vista como uma parte de um todo, respeitando tanto as exigências funcionais quanto as necessidades de acessibilidade e convivência dos moradores.

A arquitetura deve criar espaços humanizados, associando a casa à segurança, como um ninho. Quando se projeta, procura-se construir edificações de grande durabilidade, com história, e não apenas consumíveis. É importante equilibrar a flexibilidade espacial com a funcionalidade das circulações e zonas comuns. Atualmente, a habitação, seja unifamiliar ou plurifamiliar, está sendo tratada como uma mercadoria, o que compromete seu valor social. As soluções variam entre abordagens modernas e resgates de propostas antigas, como a elevação de edifícios de diferentes escalas e a integração de funções mistas, implantadas em áreas benéficas ao plano urbano (fig.84).

⁶⁸ Quando a casa está nas ruas e praças, e se não estiver, a cidade não é habitada originando problemas graves a serem resolvidos, refletindo sobre o que realmente importa para a casa, os conceitos que aborda e como ocupam cada divisão, algo que aborda o enquadramento histórico face às tipologias do habitar, e como isso desenha o modo de habitar, para o tornar confortável e, simultaneamente, íntimo com os seus moradores e o torna integrador, tanto no âmbito habitacional como no âmbito do espaço público e da paisagem. (Coelho, 2007)

⁶⁹ António Baptista Coelho, (2007), p.1, “Habitação Humanizada”

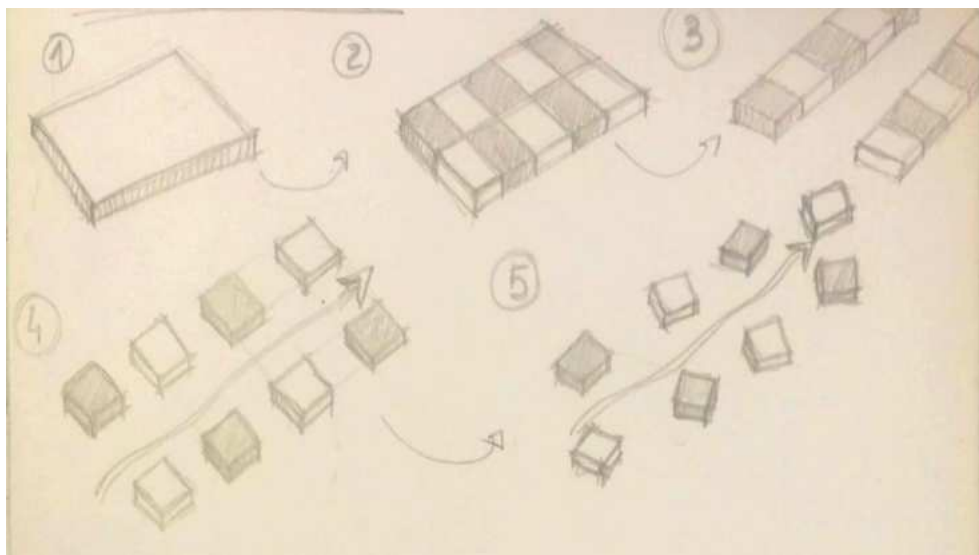


Fig.85 Esquema da implantação da habitação permanente/rural, no bairro.

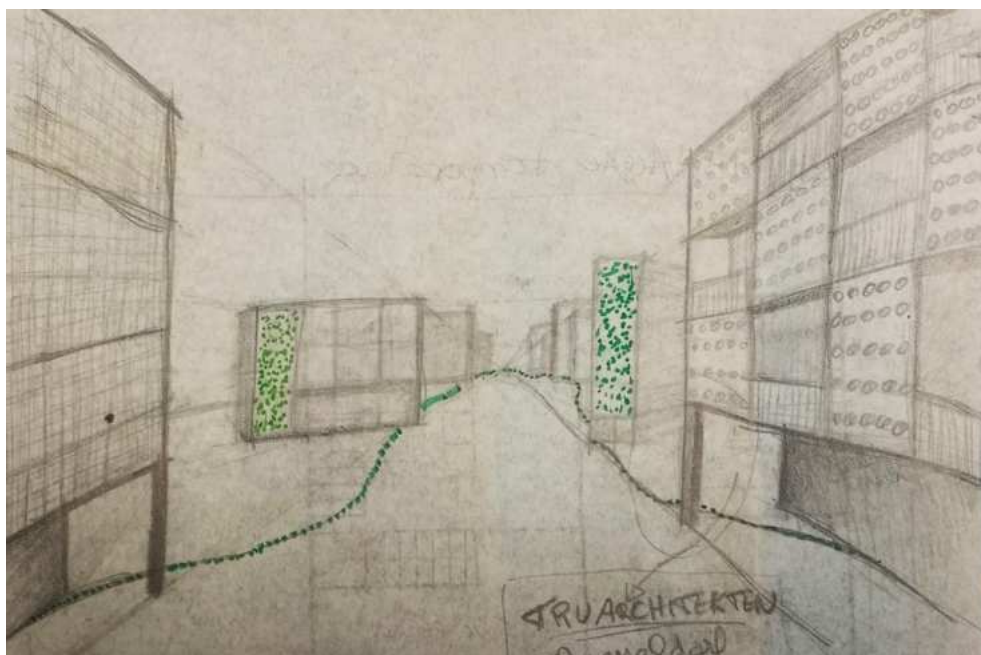


Fig.86 Esquema da implantação da habitação permanente/rural, no bairro.

“Queremos pensar na casa como um ninho (...) nelas a arquitectura ainda hoje goza de uma certa liberdade, pois o resto é tão regulamentado, tão servido.”⁷⁰

“A casa pode ser um quarto ou uma habitação completa ... e também pode ser um estado de espírito. Sentir-se em casa é sentir-se confortável, à-vontade, relaxado, rodeado, talvez, por aqueles que realmente nos percebem e se preocupam connosco... Para o Homem-santo errante estar em casa podee ser estar em qualquer parte do mundo, em quaisquer condições. Mas para a maioria de todos nós, seres humanos menos evoluídos, a existência de uma habitação permanente, onde nos possamos enraizar é, tanto uma componente necessária de segurança física, como uma expressão psicológica muito significativa de quem nós somos.”⁷¹

“(...) reveladora de um esforço de conhecimento da realidade social dos destinatários e da procura de uma escala adaptada aos sítios ... tentará abordar a questão de acordo com estes vectores de humanização do espaço, sem ruptura com os contextos regionais tradicionais, buscando imagens nas raízes da arquitectura popular.”⁷²

Quando as soluções tipológicas começaram a ser introduzidas em edifícios de habitação coletiva, elas promoveram espaços que se compunham em função da vontade dos seus ocupantes e, com dimensões mínimas, mesmo havendo dificuldade em estabelecer uma zona de trabalho.

“Verdade que temos necessidade de um ambiente que não seja apenas bem organizado, mas também carregado de poesia e de simbolismo.”⁷³

É necessário planear um novo modo de habitar que considere o contexto ambiental e se integre às pré-existências, transformando a rotina da sociedade. Este modo deve se refletir na construção das casas do futuro, propondo soluções inovadoras tanto na organização interior, com módulos habitáveis, quanto na forma do edifício (fig.85 e 86). Da mesma forma, deve incluir o uso de materiais e sistemas construtivos ecológicos, que diminuam a pegada ecológica e melhorando o desempenho do edifício, enquadrando-se nos requisitos do projeto *“Mais do que Casas”*.

Tendo como referência os pensamentos de Daniel Pinson, se projetamos para nós, também projetamos para os outros, criando espaços habitáveis e aproveitáveis,

⁷⁰ Fernandéz-Galiano, (2003), “Casas com sentido” e Manuel Aires Mateus, (2004) “Arquitetura e Vida”, respetivamente.

⁷¹ Claire Cooper Marcus, “Self-identity and the Home: Symbol, Structure, Site”, in Coelho (2007), p. “Habitação Humanizada”

⁷² Tostões (1997), p.88, “Os Verdes Anos da Arquitectura Portuguesa dos Anos 50”

⁷³ Kevin Lynch, (1960) p.140, “L´image de la cite”



Fig.87 Esquema da implantação da habitação periurbana/mista, no bairro.

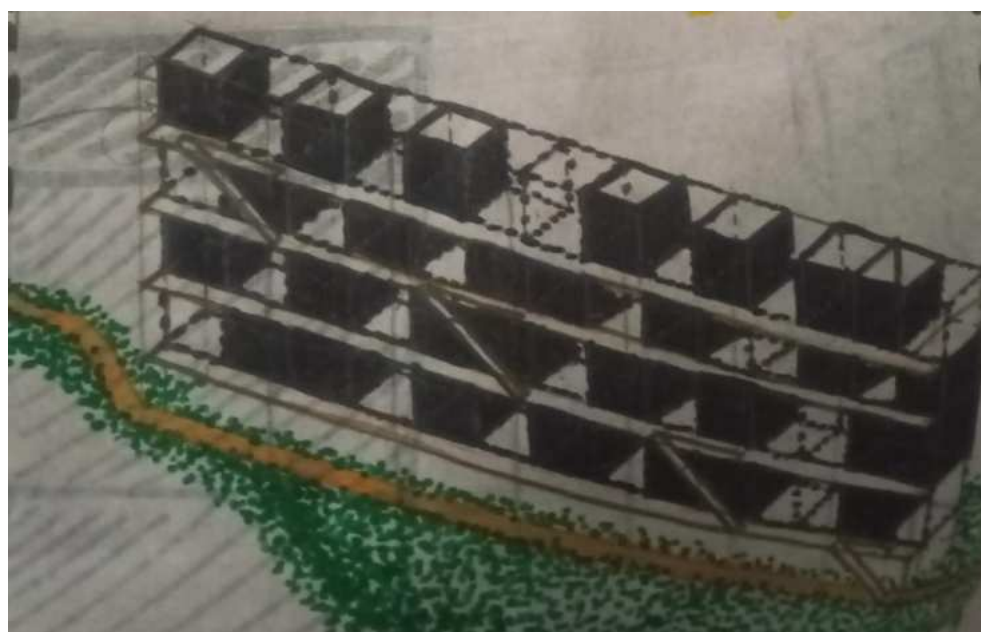


Fig.88 Esquema da implantação da habitação urbana/temporária, no bairro.

não apenas estéticos. É importante equilibrar a estabilidade da ideia original de casa com a modernidade das transformações dos espaços. A localização influencia o projeto: no sul de Portugal, valoriza-se o espaço privado e a integração com o exterior, enquanto no norte, a ênfase está nos detalhes dos acabamentos e cumprimento restrito das funções. Além de, as tipologias, devem considerar a questão da solidão, com espaços projetados para promover o bem-estar individual, paralelamente, os espaços devem ser flexíveis e adaptáveis, como a cozinha, que já foi o centro da casa e agora integra outras atividades. Na visão exterior da casa, o espaço principal é a zona de estar, que delimitam os espaços privados e coletivos.

Ao planejar uma tipologia habitacional, é essencial entender a essência do local e criar espaços fluídos, com acesso à iluminação e ventilação natural, que dividem as áreas públicas das privadas através de zonas comuns. O projeto deve refletir a personalidade dos ocupantes, ajustando o programa e as áreas à rotina diária, promovendo funcionalidade, inovação e liberdade de apropriação espacial, em vez de um habitar rígido e formal. Também o espaço vazio, tanto na habitação quanto no ambiente urbano, é crucial para a definição do estilo de vida, funcionando como uma área evolutiva e expectante (fig.87 e 88). Como refere um dos textos interventivos do programa para o 25 de abril, *“Pensarmos em casas simplesmente casas”* de Nuno Brandão Costa, o arquiteto é o profissional capaz de impactar a morfologia urbana, criando uma continuidade no espaço urbano, alinhada às necessidades e expectativas das pessoas.

*“Construí a casa por partes, sempre de acordo com as necessidades concretas do momento. Também se poderia dizer que a construí como num. Só depois percebi como todas as partes encaixavam e como surgia uma forma significante: um símbolo de totalidade psíquica.”*⁷⁴

O bairro integra uma proposta periurbana inspirada na ideia da 'cidade dos 15 minutos', promovendo uma vida quotidiana sustentável. O público-alvo são os habitantes permanentes da região, especialmente os trabalhadores agrícolas locais. A habitação unifamiliar proposta, designada de Habitação Rural, consiste em edifícios de um piso, semelhantes às construções típicas da área. No entanto, é importante

⁷⁴ Charles Moore, Gerald Allen e Donlyn Lyndon, (1976), p.67, *“La Casa: Forma y Diseño”*



Fig.89 Proposta de perfil urbano, que retrata a relação entre as habitações urbanas e periurbanas.

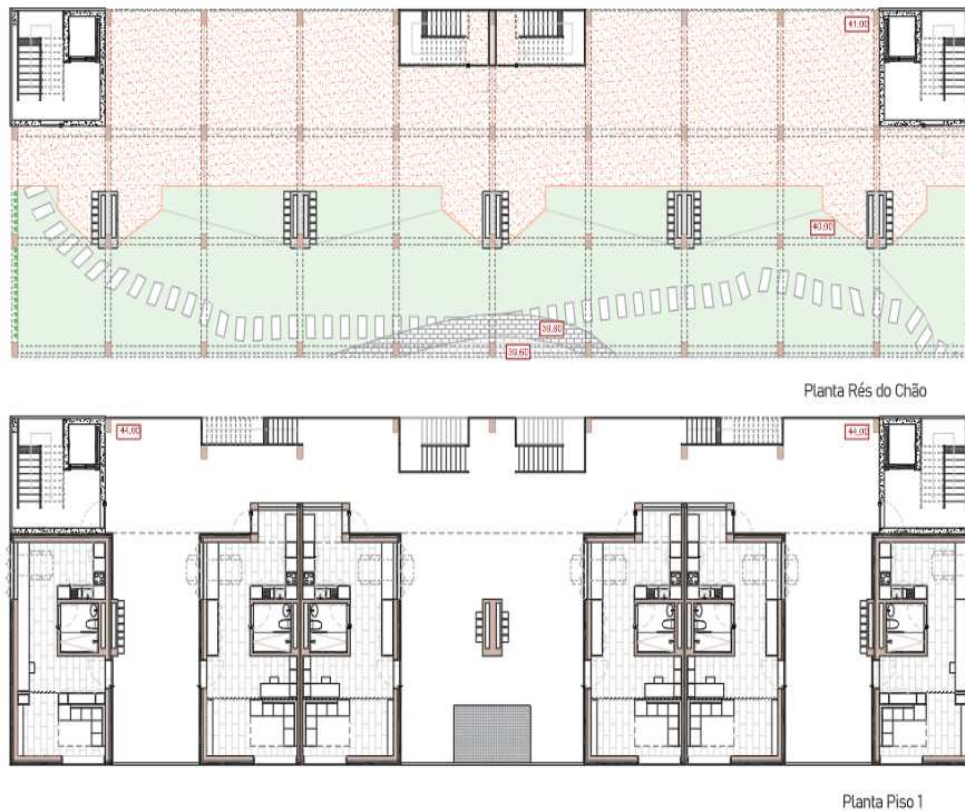


Fig.90 Proposta do piso térreo, que demonstra a relação do edifício e o espaço exterior, e propostas tipológicas para as habitações temporárias, *openspace*.

considerar que, quando se projeta, quem habita naqueles espaços não o fará eternamente, por isso devemos ter em conta o dia de amanhã e que tudo pode mudar.

Já a Habitação Periurbana foi projetada com edifícios de 2 a 3 pisos, complementados por serviços comunitários e comerciais de proximidade para os moradores, de modo a reduzir a dependência de carros. As habitações variam de fogos T0 a T1, com a possibilidade de incluir T2 no último andar, dependendo das necessidades futuras. As unidades são multifuncionais, podendo servir como quartos ou escritórios, adaptando-se a diferentes faixas etárias (fig.89).

A área ao sul da intervenção apresenta maior ruído devido à Circular e à movimentação do Instituto. Por isso, a terceira tipologia proposta foi a Habitação Urbana, temporária e evolutiva, com 3 a 4 pisos. Esta tipologia visa atender a pessoas com necessidades distintas, como estudantes, peregrinos, familiares de pacientes do novo centro hospitalar de Barcelos e trabalhadores das zonas periféricas, oferecendo uma habitação adaptável. O rés-do-chão será suportado em pilotis, destinado a acessos e espaços de permanência, aproveitando a interseção de percursos pedonais e da ribeira (fig.90).

A implantação deste programa funcional e a composição formal dos edifícios, basearam-se em módulos específicos: 10x10 para habitações unifamiliares, 10x30 para habitações mistas periurbanas e 10x50 e 10x70 para habitações plurifamiliares urbanas, promovendo a renovação da unidade de vizinhança. A escolha desses módulos pretende refletir a diversidade de famílias, desde casais no último piso das habitações mistas até jovens independentes e idosos nos andares inferiores, enfatizando a importância de coabitar com pessoas de diferentes perfis.

A habitação temporária projetada para os designados "nómadas", conceito que evoluiu com o tempo e que foi abordado de forma diferente, utiliza unidades habitacionais baseadas em módulos de 5x10 metros, com acréscimo de 5 metros para os acessos comuns. Os acessos verticais múltiplos funcionam como núcleos rígidos que sustentam todo o edifício, um elo integrador do mesmo com o espaço público exterior, usufruindo da iluminação natural e promovendo integração.



Fig.91 Proposta tipológicas do piso 3, com destaque para a tipologia evolutiva.



Fig.92 Proposta tipológicas do piso 4, com destaque para a tipologia duplex para o piso 5.

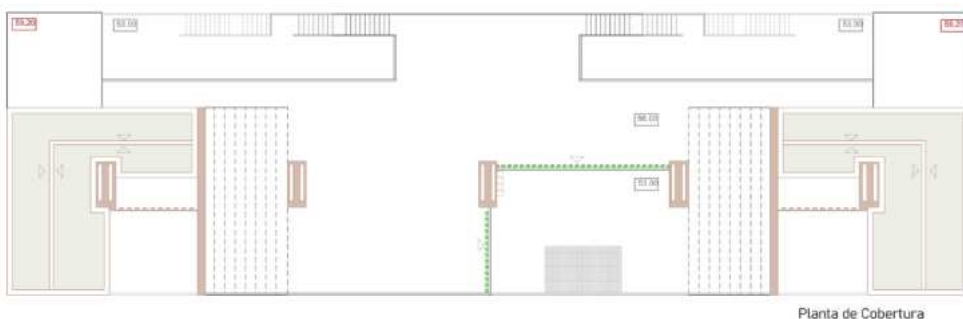


Fig.93 Proposta do piso de cobertura comunitária, e não transitável nos cantos extremos.

Os acessos em galeria, semelhantes aos verticais, refletem a continuidade das vias pedonais urbanas em uma escala menor, criando espaços amplos para circulação, convivência e interação social, além de apreciar a paisagem.

Através do estudo da malha, foram definidas as paredes infraestruturais do edifício, comuns a todos os pisos, estabelecendo as prumadas das redes prediais e, posteriormente, a localização dos serviços, como instalações sanitárias e cozinhas. O interior das habitações, conforme o conceito de *open space*, promove circulações simples e áreas gerais integradas. Essa solução pretende beneficiar pessoas com dificuldades de mobilidade e idosas, sendo as instalações sanitárias os únicos espaços delimitados por paredes interiores.

As habitações temporárias permitem que o utilizador altere a organização funcional conforme o tempo de usufruto do espaço, podendo o ocupante seguinte alterar o interior, respeitando as zonas de água, que podem ser trocadas entre si. No piso 3, as tipologias dos topos têm a possibilidade de crescer, conforme as necessidades do usuário, sendo algo exclusivo deste piso (fig.91). No piso 4, as tipologias dos topos são exclusivas por abordarem o crescimento das mesmas em duplex com varanda na zona privada e acesso a uma cobertura comum, com áreas sociais e comunitárias. A cobertura dos duplex é ajardinada e não transitável (fig.92 e 93). Os espaços vazios foram transformados em áreas comuns, com prumadas camufladas para estacionamento de bicicletas e espaços de lazer nos pisos 1 e 4. Acrescentou-se, ainda ao módulo habitacional, um postigo com área de apoio à cozinha, voltado para a zona de acessos, e foi projetado para captar ventilação natural e permitir a construção futura de novas habitações, com acessos diretos.

Estas propostas habitacionais, além de se poderem transformar consoante o tipo de agregado que for ocupar o espaço, permitem trabalhar o nível de privacidade que pretendem atribuir à habitação, desde os adultos ou jovens adultos que dispõem de um alto nível de privacidade entre as diferentes funcionalidades da casa, até à convivência com adolescentes ou crianças onde a privacidade necessita ser menor, como forma de conseguirem um maior ângulo de vigilância.

Este trabalho de investigação permitiu constatar que até os anos de 1950 priorizava-se a racionalidade dos espaços construídos, desconsiderando a dimensão humana nos projetos. Segundo Manuel Mendes, essa arquitetura divide-se entre a adaptação ao contexto temporal e local, e os ideais modernistas. Este estudo analisa a evolução da arquitetura habitacional, em diferentes escalas e níveis nacionais, para entender os métodos utilizados na resolução das principais questões habitacionais. A análise também se foca na vertente social da arquitetura da habitação, como forma de compreender como podemos criar bairros integrados que atendam às necessidades de todos, sem comprometer o conforto, segurança e qualidade de vida, e que, simultaneamente, acompanhem as mudanças do tempo com uma visão para um futuro próximo.

Dada a sobrelotação da população rural nas cidades, procurou-se construir centros urbanos inovadores alicerçados nalguns princípios da arquitetura tradicional, tomando como base os direitos dos cidadãos para transformar a arquitetura e melhorar a vida das pessoas, o que delineou uma diversidade espacial e temporal que surgira com a modernidade. Nós arquitetos promovemos a ideia, devendo dar resposta às necessidades das pessoas, especialmente na habitação social que deve ser planeada e construída com e para as pessoas, independente da época em que esta é realizada através do lugar, da paisagem e do quotidiano com significado e valor para o presente e o futuro. Para isso, é fundamental que a intervenção arquitetónica atenda à sociedade, especialmente às pessoas que ocuparão o edifício, como foi possível de analisar nos casos de estudo apresentados, e que, atualmente, mantêm os princípios integradores com que foram planeados, e que complementam estas questões agora referidas.

“O arquitecto que submete toda a génese da obra ao binómio técnica-espírito é, em propriedade, o arquitecto para o Homem ... Onde está a função está presente o espírito. A conciliação perfeita. Uma habitação que surge deste equilíbrio é uma realidade biológica e psicologicamente útil ao Homem que dela se serve. ... Uma casa é estritamente um organismo ... Eu diria: uma casa é uma obra de arte «em proposta» só tendo real efectividade e sentido quando, ao habitá-la, nela participa a criatura complexa que é o Homem ... A habitação (por se lado) satisfaz plenamente os aspectos

práticos e psicológicos (afectividade – quietude meditativa – iluminação repousante)...”⁷⁵

O papel dos arquitetos, diante das carências habitacionais ainda existentes, é planejar um futuro sem os problemas que persistem entre gerações. Para isso, é necessário analisar o crescimento demográfico, a composição dos agregados familiares, os fluxos migratórios entre áreas urbanas e rurais, além de estudar novas tipologias habitacionais e reabilitar as existentes, mostrando a importância de, também, considerar alternativas complementares de habitação. Para que essas soluções sejam eficazes, é essencial distinguir entre déficit habitacional, que se refere à quantidade de casas, e a procura que possibilita trabalhar soluções que atendam às necessidades sociais e de qualidade. Atualmente, a habitação é tratada como um meio de lucro, ignorando a sua função social e a integração com as pessoas e a cidade, além de afastar o acesso à habitação como um direito universal garantido pela Constituição.

Com esta análise conclui-se que, diante do déficit habitacional, é necessário projetar e construir novos edifícios em áreas urbanas. Além disso, é fundamental implementar inovações tanto nas condições de vida quanto na construção, especialmente no interior de Portugal, promovendo a descentralização das funções e do poder político. No caso de Barcelos, a elevada procura e a oferta limitada resultam em preços altos. A autarquia proporciona apoios sociais, como o Apoio ao Arrendamento Habitacional e à *Habitação Social*, com o objetivo de auxiliar as famílias desfavorecidas e viabilizar obras de restauração, apesar de a maioria da população possuir habitação própria.

É fundamental perceber que, o sucesso destas políticas em conjunto com a arquitetura, está na base da harmonia e hierarquia que se encontram expressas nesta citação de Michael Laurie,

“(...) a planificação da obra pode ser entendida como o compromisso entre a adaptação do sítio para acolher o programa e a adaptação deste mesmo programa em função do sítio, podendo-se considerar um e outro como dois sistemas de forças (...) O sítio de

⁷⁵ Júlio Resende in Carlos Loureiro, (1966), “Moradia do pintor Júlio Resende”, revista Arquitectura

implantação e o programa devem combinar-se e manipular-se de tal forma que produzam atributos/qualidades que separadamente não proporcionariam.”⁷⁶

Este estudo representa a importância, nos dias de hoje, em continuar a analisar e contribuir para o desenvolvimento da memória dos bairros, apelando à conservação e reabilitação necessária dos mesmos, como forma de preservá-los no tempo e no espaço. O projeto aqui analisado, enquadra-se numa possível intervenção, para uma ação futura no local estudado, que é a zona periurbana da cidade de Barcelos, com soluções que correlacione os novos tempos e as memórias do passado, protegendo o património.

“Tudo o que projectamos deve ser adequado a cada situação que surja; em outras palavras não deve ser apenas confortável mas também estimulante – e é esta adequação fundamental e activa que eu gostaria de designar como «forma convidativa»: a forma que possui mais afinidade com as pessoas.”⁷⁷

⁷⁶ Laurie, (1983), “Introducción a la arquitectura del paisaje”

⁷⁷ Herman Hertzberger, (1996), p.174, “Lições de Arquitectura”

06 | Fontes e Bibliografias

1. BIBLIOTECAS

- Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
- Biblioteca da Universidade Lusíada-Norte, campus Vila Nova de Famalicão
- Biblioteca da Universidade Lusíada-Norte do Porto
- Câmara Municipal de Barcelos

2. FONTES IMPRESSAS

Antunes, G. (2019). **Política de habitação social em Portugal: de 1974 à actualidade**. Fórum Sociológico. 34 | -1, 7-17. <https://doi.org/10.4000/sociologico.4662>

Barroco, S. (2012). **Bairro de Alvalade: Um Paradigma de Sobrevivência Comercial em Lisboa, Portugal**. Universidade Técnica de Lisboa. <https://doi.org/10.13140/2.1.2693.7127>

Carreiras, M. G. (2018). **INTEGRAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS BAIRROS DE HABITAÇÃO SOCIAL NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA: EVIDÊNCIAS DE MICRO SEGREGAÇÃO**. Finisterra, 53(107). <https://doi.org/10.18055/Finis11969>

Chaves, C. (2021). **OLIVAIS NORTE E OLIVAIS SUL. Desafios para uma conservação urbana integrada**. Lisboa: Instituto Superior Técnico. <https://doi.org/10.5821/siu.9998>.

3. FONTES AUDIOVISUAIS

Braga, M., Roquette, G., Rodrigues G. & Azevedo, M. (2012). **A Conversa dos Outros – Alvalade**. RTP2. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/alvalade-2/> (consultado a 05 de janeiro de 2024).

Rafael, A. L., Cecília, M. & Ramos, Courinha. (1991). **Bairros Populares de Lisboa – Alvalade**. RTP1. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/alvalade/> (consultado a 20 de dezembro de 2023)

Rafael, A. Luís, Cecília, M. & Ramos, Courinha. (1990). **Bairros Populares de Lisboa – Olivais**. RTP1. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/olivais/>. (consultado a 06 de janeiro de 2024)

4. BIBLIOGRAFIA

Agarez, R. (Coord.). (2018). **Habitação - Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018**. (Ed.). Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Bandeirinha, J. A. (2011). **O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974**. Imprensa da Universidade de Coimbra. (Impressão original publicada em 2007). <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1265-2>

Coelho, A. B. (2007). **HABITAÇÃO HUMANIZADA**. (Ed.). Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Fernandes, F. & Cannatà. M. (2003). **Habitação Contemporânea, Formas de Habitar – Contemporary Housing, Ways of Living**. (Ed.). Porto.

Ferreira, A. F. (1987). **Por uma nova política de habitação**. Lisboa: Edições Afrontamento.

Lameiras, G. & Rocha. L (coord.). (2019). **Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]**. (Ed.). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Portas, N. (2004). **A Habitação Social – Proposta Para a Metodologia da Sua Arquitectura**. (Ed., Vol.2). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Ramos, R. J. G., Pereira, V. B., Moreira, M. R. & Silva, S. D. (coord.). (2019). **Contexto Programa Projeto: Arquitectura e Políticas Públicas de Habitação**. (Ed.). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Serpa, F. (Coord). (2018). **Habitação de promoção pública: da construção nova a reabilitação, uma leitura dos projectos**. In R. Agarez, (Coord.). *Habitação – cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Tostões, A. (1997). **Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50**. (Ed.). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Tavares, M., Portas, N., Fernandes, J. M. (2013). **Nuno Teotónio Pereira. Arquitectura e Contexto: uma experiência**. In Portas, N. (coord.) *Habitação para o maior número. Portugal, os anos de 1950-1980*. Lisboa: CML, IHRU. (pp. 158-185).

Xerez, R., Rodrigues, P., & Cardoso, F. (2018). **A política de habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas**. In R. Agarez, (Coord.). *Habitação – cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

5. TESES E DISSERTAÇÕES

Piddiu, M. M. (2012). **O plano INA-Casa, Uma leitura transversal do projeto de Via Pessina em Cagliari**. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Tese de mestrado.

Sousa, F. P. (2015). **A arquitectura do bairro social – da participação à apropriação, 1945 - presente**. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras. Tese de mestrado.

6. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

CIAM (1933). **Carta de Atenas**. in *Arte e Espaço Público*, boletim 1, anexos. (2003). apha.

Tostões, A. (2002). **Alvalade, uma Experiência Pioneira de Habitação Coletiva. Quando a habitação É Capaz de Fazer a Cidade.** in Jornal dos arquitetos, 204. (pp. 42-47).

7. ENDEREÇOS ELETRÓNICOS

Coelho, A. B. & Coelho, J. B. (Ed.). (Colab.) Pereira, N. T. (2007, dezembro 28). **ALVALADE, DE FARIA DA COSTA. UMA CIDADE NA CIDADE, 176.** Infohabitar. [infohabitar: 176 - ALVALADE, DE FARIA DA COSTA. UMA CIDADE NA CIDADE - O MISTÉRIO DE ALVALADE - I - Infohabitar 176](#) (consultado a 19 de dezembro de 2023)

Coelho, A. B. & Coelho, J. B. (Ed.). (Colab.) Pereira, N. T. (2008, janeiro 10). **ALVALADE, DE FARIA DA COSTA. UMA CIDADE NA CIDADE 178.** Infohabitar. <https://infohabitar.blogspot.com/2008/01/alvalade-de-faria-da-costa-uma-cidade.html>. (consultado a 19 de dezembro de 2023)

Coelho, A. B. & Coelho, J. B. (Ed.). (Colab.) Pereira, N. T. (2008, janeiro 17). **ALVALADE, DE FARIA DA COSTA. UMA CIDADE NA CIDADE 179.** Infohabitar. https://infohabitar.blogspot.com/2008/01/alvalade-de-faria-da-costa-uma-cidade_17.html. (consultado a 19 de dezembro de 2023)

Coelho, B., A. (2021). **Pequena viagem pelos cerca de 70 anos de Habitação de Interesse Social Portuguesa (HISP) antes do INH/IHRU.** Infohabitar. [infohabitar: Pequena viagem pelos cerca de 70 anos de produção de Habitação de Interesse Social Portuguesa antes do INH/IHRU \(série editorial: artigo 2/8\) – infohabitar # 764.](#) (consultado a 11 de setembro de 2024)

Figueiredo, R. (2010). **BAIRRO DE ALVALADE/ ÁREA DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA A SUL DA AVENIDA ALFERES MALHEIRO.** IHRU: SIPA. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=30357. (consultado a 23 de dezembro de 2023)

Gaspar, R. L. (Ed.). (2022, setembro 15). **Habitação. Do Maior Número para Todos.** Espaço de Arquitetura. [Habitação. Do Maior Número para Todos | Espaço de Arquitetura \(espacodearquitetura.com\)](#). (consultado a 30 de setembro de 2024)

Mangorrinha, J. Coelho, A. B. & Coelho, J. B. (Ed.). (2010, junho 06). **300 II – “Habitação em Lisboa: Memória do GTH – 50 anos” e “O GTH e o papel do engenheiro Jorge Carvalho de Mesquita”.** Infohabitar. <https://infohabitar.blogspot.com/2010/06/habitacao-em-lisboa-memoria-do-gth-50.html>. (consultado a 06 de janeiro de 2024)